



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 05/15

Data da Sessão: 25 de setembro de 2015

Início da Sessão: 09.50 horas

Fim da Sessão: 16.45 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Carlos Lucas Correia -----

1º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva -----

2º Secretário: Fernando Pereira Nunes Curto-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Aos 25 dias do mês de setembro do ano de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:---

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro. -----
3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Informação Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município. -----
4. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal do Relatório Semestral sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro 2015. -----
5. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos. -----
6. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da correção material do Regulamento do PDM publicado na II Série do Diário da República de 11 de setembro de 2015 sob o aviso n.º 10379/2015. -----
7. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal – FAM – Não verificação dos pressupostos estabelecidos no n.º 1, do artigo 25.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, conjugado com o previsto no n.º 3, do artigo 58.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----
8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual – Aquisição de Serviços para o Sistema de RSU do Município de Montemor-o-Velho. -----
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Autorização genérica para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Isenções e reduções de taxas. -----
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão Orçamental ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) – Ano 2015. -----
11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar no ano 2016 relativamente ao ano 2015. -----
12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Derrama a lançar no ano de 2016 relativamente ao exercício 2015. -----
13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Participação de IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) relativamente aos rendimentos de 2016, a cobrar em 2017. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2015. -----

15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Cartão Montemor Sénior.-----

16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de alteração do Loteamento do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho.-----

17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o reconhecimento de relevante interesse público municipal apresentado por Dina Bela Mendes de Oliveira Simões Ribeiro para o local de Catarruchos – Arazedo – Processo n.º 169/2015 - referente às obras de ampliação das instalações da farmácia. -----

18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o reconhecimento de relevante interesse público municipal apresentado por Maria Donzília Oliveira Matos Acúrcio para o local de Catarruchos – Arazedo – Processo n.º 65/2015 - regularização da exploração pecuária.-----

19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Alteração ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Montemor-o-Velho – Versão Final. -----

Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

Mesa: Carlos Lucas Correia, Olga Susana Miranda da Silva e Fernando Pereira Nunes Curto. -----

Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva, Fernando Manuel Dias Monteiro, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Maria da Graça Valente dos Reis em substituição de Fernando Jorge dos Ramos, Luís Filipe Azenha Madaleno em substituição de Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Telma Margarida Neves Simões em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Liliana Isabel Batista Duarte em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Paulo José Soares Coutinho em substituição de Carolina Ferreira Aires, António Mendes Girão Meco em substituição de Jorge André da Silva Santana, Susana Paula Malva Branco em substituição de Francisco Faria Paiva Batista, Joaquim António Graça Rainho em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes. -----

Presidentes de Junta: Arazedo, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões e Tesoureiro da JF Seixo de Gatões. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Fernando Jorge dos Ramos, Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Pedro Simões Ribeiro, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, Francisco Faria Paiva Batista, Sara Cristina Cruz Gomes e PJF do Seixo. -----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Carlos Lucas Correia, deu início à reunião quando eram 09h50m. Saudou os presentes e disse: “Da parte do Professor Doutor Fernando Ramos, aproveitava para dizer que ele manda cumprimentos para todos os elementos da Assembleia e não só e um agradecimento especial por todos quantos se interessaram pelo seu estado de saúde. Como sabem, fez uma intervenção à coluna; está a ter uma boa recuperação e, temos que aguardar mais algum tempo para que ele volte a ocupar este lugar.” -----

----- Seguidamente propôs que o membro Fernando Pereira Nunes Curto ocupasse o lugar de secretário na mesa, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Relativamente à correspondência recebida e expedida, apenas quero dizer que entre a lista que vos foi enviada e o dia de hoje, há apenas um conjunto de correspondência recebida e expedida, que tem a ver com as substituições que estão produzidas nesta AM.

----- Relativamente à ata n.º 04 da sessão ordinária de 26 de junho de 2015, alguma sugestão ou alteração? -----

----- Pelo silêncio das bancadas julgo que posso passar de imediato à votação.” -----

----- A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2015, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “*Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Em relação à Ordem de Trabalhos, eu não sei se vai fazer alguma retificação aos pontos que estão presentes para a discussão na Assembleia de hoje mas, à semelhança de outras Assembleias, com pontos semelhantes, penso que temos aqui algumas incorreções, nomeadamente aos anos de cobrança e de pagamento e a que ano dizem respeito as taxas que vamos aprovar.-----

----- As taxas que vamos aprovar são relativas aos anos 2016 para serem cobradas no ano 2017, por isso pedia que se retificassem todos os pontos onde não está mencionado corretamente.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente à aprovação da ata e, como houve alteração do Código do Procedimento Administrativo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

julgo que é pertinente fazermos uma revisão ao Regimento. Deixo esta proposta à mesa porque, naturalmente, há aqui alguns artigos que têm que ser revistos, na minha opinião. No entanto, deixo à consideração também das outras bancadas, pensarmos sobre esta matéria que é para quando tivermos dúvidas, o regimento ser o mais explícito possível para que possamos ter acesso ao documento e ficarmos rapidamente informados.” -----

----- Foram concedidos 2 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, ou outros pedidos que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Votos de Parabéns e de continuação de êxitos, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo PJF da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal – Parabéns de aniversário à Associação Filarmónica 25 de Setembro pelos seus 123 anos, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Fernando Curto (PS) – Congratulações de aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Há três factos que eu trago aqui hoje à coação e que são tão só, o primeiro: eu acho que na documentação que nos foi entregue, com dois dias de antecedência para esta Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, tem uma forma acintosa deste Concelho para serem aqui aprovados com clareza, com dignidade e com saber, estes pontos que nós temos que aqui aprovar. Este facto não pode acontecer reiteradamente. Isto é uma vergonha. Poderá dizer-me que têm muito trabalho, que têm dificuldades mas, meu Deus... dois dias de antecedência às 20h00, recebo isto em minha casa, por especial favor, porque telefonei à minha empregada para os receber, quando deviam ser entregues na minha residência oficial em Lisboa. Por enquanto ainda não requeri para facilitar a vida à Assembleia Municipal mas se me tivessem sido entregues na minha residência oficial, eu perguntar-me-ia se tinha alguma disponibilidade de tempo, se o Movimento Independente de Cidadania tinha capacidade de responder perante esta montanha de documentos de responsabilidade para o Concelho. Este é um ponto que tenho que referir e deixar aqui esse reparo para que não volte a acontecer ou então, se não têm hipótese de reunir toda a documentação, a dividir isto numa assembleia extraordinária para que as pessoas possam estudar e aprovar ou não, cabalmente e responsabilmente, porque eu creio que 95% dos senhores deputados municipais, se não me engano e, peço que me perdoem se me estou a enganar, nem sequer abriram os envelopes ou, se abriram, foi folhear aquilo como que parece uma revista de cowboys. Isto não pode acontecer. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

----- Quanto à forma mais relevante: Tivemos o dia do Concelho, que foi um dia relevante por mais um aniversário e foi de relevância também, aquilo que me parece a mim estar num caminho de desburocratizar esta máquina da Câmara Municipal: Foi a instalação dos postos de atendimento ao cidadão; foi bem aproveitado em tempo curto; foi de alguma celeridade encontrar espaços e trabalhar os espaços físicos para que os mesmos fossem instalados; dar formação aos funcionários para que de certa forma, pudessem estar à altura de esclarecer os munícipes mas, por outro lado, pretendia também que não possam estes postos estarem em atendimento se não se tiverem lançado dados para que se satisfaçam as pretensões de quem a ele recorre. Naquele curto espaço de tempo, eu tiro o chapéu ao Senhor Presidente porque realmente aproveitou aquilo que lhe foi proporcionado mas, a formação dos funcionários tem que ser contínua porque compreendo que foi uma inauguração mas que, no futuro, esses mesmos funcionários possam ter uma formação mais aprofundada dos novos dados que com certeza irão ser inseridos no computador e, assim caminhamos para uma forma de estar com mais dignidade na formação e nas pretensões dos munícipes. -----

----- Vamos agora às festas. As festas realmente, olhe eu vou-lhe dizer, há luzes que jamais se apagam. Eu, tive o cuidado de vir aqui às festas e, quanto às luzes que se não apagam e aquelas que se iluminam constantemente, são luzes brilhantes. Eu vi uma senhora vistosa, elegante, linda e muito bem-falante a fazer intervenção na sessão solene e, vou-vos dizer era a adjunta do Senhor Presidente. Realmente, tem todos os requisitos para que possa fazer este tipo de intervenções e, até inclusivamente pessoas que vieram à festa, perguntaram-me: esta senhora é que é a Presidente da Câmara? Ela parece mesmo a Presidente da Câmara. Olhe, realmente gostei imenso e bem-haja. -----

----- Tivemos por outro lado, as festas do Forte no Castelo. Realmente foi um festival ótimo, teve uma grande afluência de pessoas. Mas sabe, senhor Presidente, o Castelo é o Ex-Libris do Concelho e, é o próprio Castelo que trás as pessoas a Montemor mas, eu vejo permanentemente a degradação do Castelo com as heras, jardins mal tratados, a Casa de Chá, enfim. Será que a Câmara Não pode ultrapassar o problema da falta de dinheiro do IPPAR – Direção Regional de Cultura, limpar aquelas heras, tratar daqueles jardins, pôr aquela casa de Chá com outra dignidade. É que se hoje os desculpamos porque a Direção Regional de Cultura, o IPPAR não tem dinheiro para cantar um cego, nós não fazemos intervenções nenhuma e, assim o Castelo vai-se degradando e vamos ficando com aquilo que é o nosso Ex-Libris, é o Castelo; é aquilo que de melhor podemos oferecer a quem nos visita. -----

----- Já quanto ao Festival Forte eu pergunto das contrapartidas, se já foram iniciadas ou estão adjudicadas as tais obras que se prontificaram fazer para que pudessem fazer o tal Festival. -----

----- As Festas, eu aqui disse, que o Senhor Presidente da Câmara é um homem intelectualmente sério

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

mas, hoje já tenho algumas dúvidas e porquê? Porque ele disse, quando tomou posse enquanto Presidente da Câmara, disse que as Festas no Concelho seriam feitas com a prata da casa. Agora, as festas, custaram, nem sei quanto custaram, se foram cerca de 100.000€ mas, já não são com a prata da casa e, por outro lado, a Câmara parece que está com uma saúde financeira extraordinária; as festas foram a custo zero, foi “regabofe”, diferente do que se faz nos nossos Concelhos vizinhos. Ora para colmatar as despesas, uma vez que se pretende fazer não com a prata da casa mas com outras entidades, um custo simbólico serviria para atenuar estas despesas mas, nada, não foi feito.-----

----- Acabaram as festas e, Montemor quando as teve foi realmente uma localidade com muitas pessoas em que a restauração, os hotéis que nós temos aqui, estiveram cheios mas, passaram as festas e o que é que olhamos para Montemor? Ninguém!-----

----- O movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, pretendia questionar o Senhor Presidente noutra assunto: o que é que se passa com a Urbanização da Quinta de São Luíz nomeadamente, a receção provisória e definitiva já foram efetuadas? Em que estado se encontra? -----

----- O troço da 111, entre Carapinheira e Montemor está em estado de degradação, pelo grande volume de tráfego pesado que por ali passa, como sabem foi desclassificado e entregue à responsabilidade do Município. Os camiões não utilizam a A14, contrariamente ao que se devia esperar e eu pergunto ao Senhor Presidente quando e que tipo de intervenção pensa fazer neste troço desta estrada.-----

----- Por outro lado, em Pereira, na Rua do Tojal, com a deslocação de terras para a Linha do Norte, que se está a verificar constantemente, eu perguntava ao Senhor Presidente o que é que se passou na reunião com a REFER em que resultaram as tais vistorias a essas terras, conquanto eu próprio entreguei aqui nesta Câmara, um estudo geológico da forma como as terras se deslocam para a linha e a degradação dos imóveis na Rua do Tojal, que as pessoas, sem culpa dos erros urbanísticos, estão a sofrer. Perguntava ao Senhor Presidente se tem documentação e está dentro do assunto para me poder responder. -----

----- Por outro lado, tenho estado atento aos últimos acontecimentos no Concelho nomeadamente, na matéria de saúde. Pergunto ao Senhor Presidente se esteve atento à real situação registada ao nível do funcionamento de algumas extensões de saúde, nos últimos meses e, se estas respondem de forma eficaz, às necessidades das populações servidas pelas mesmas. Isto, quando sabemos que os Serviços do Centro de Saúde de Montemor-o-Velho, há muito foram diminuídos, no serviço de urgências. Pergunto ao Senhor Presidente se no âmbito da saúde, o Executivo já ponderou um plano para a resolução dos problemas apresentados pela população nesta área.-----

----- E é isto tudo que neste período se me oferece questionar o Senhor Presidente e V. Ex.^{as}.-----

----- Pediu a palavra ao membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu interpelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

o Senhor Presidente de Câmara relativamente às Passagens de Nível de Arazede, Liceia ou seja, as passagens de nível do Ramal da Figueira da Foz, mais uma vez e, cada vez mais, os outros Municípios como Cantanhede e Figueira da Foz têm essa solução resolvida, já percebi que se anteciparam ao Município de Montemor-o-Velho. Conversámos sobre isso no dia 26 de junho e, eu gostava de saber em que situação é que isso está; se já arranjou uma solução; se tem um feedback relativamente à situação. Eu sei que não o pode fazer sozinho, tem de pedir autorizações. -----

----- Para além disso, a estrada na Raseira, junto à estação de tratamento de águas de Liceia continua, cada vez pior e agora, vem o Inverno e ainda vai ficar pior. Se há algum plano e se ele vai avançar, porque por vezes os planos fazem-se mas não se executam.” -----

----- Pediu a palavra o membro Telma Simões (PS) que disse: “Quero anunciar as festas em honra de São Miguel que estão a decorrer em Liceia, que começaram no fim-de-semana anterior e este fim-de-semana, como já vem sendo tradicional desde 2009, todos os habitantes de Liceia, participam na ornamentação de tapetes de flores. Ficam convidados a estarem presentes em Liceia para visitarem no domingo, no período da tarde, os tapetes de flores.” -----

----- Pediu a palavra o membro Lídia Pagaimo (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Gostava de saber qual é o ponto de situação, qual é que é a previsão para o término das obras do parque da Escola do Seixo, dado que as aulas já iniciaram e as obras ainda não terminaram.” -----

----- Pediu a palavra o P.J.F da Carapinheira, Victor Monteiro, que disse: “Enquanto Presidente de Junta de Freguesia, sendo uma destas a função do mesmo, é transmitido nos órgãos certos as opiniões do Povo, daquilo que se ouve, isto em relação às Festas anuais, então passo a ler:-----

----- Está terminada mais uma edição da Feira do ano 2015, as festividades do nosso Concelho. -----

----- Um agradecimento muito especial pelo empenho, pelo trabalho e pela dedicação de todas as pessoas que, de forma individual ou coletiva contribuíram para a realização e para o sucesso destas festas. -

----- Aos funcionários e funcionárias desta Autarquia que, mais uma vez foram incansáveis na projeção deste evento, um agradecimento muito especial pela sua disponibilidade.-----

----- De forma a envolver toda a comunidade Concelhia, durante estes dias, a Festa e, à semelhança dos anos anteriores, as Juntas de Freguesia, através das suas associações e coletividades, contribuíram de forma ímpar e voluntária para dar a estas festas o brilho e a dignidade que merecem. Parabéns a todas. -----

----- Apesar dos tempos difíceis que todos atravessamos e sentimos, conseguimos em conjunto, apresentar um programa diversificado e com alguma qualidade. Quero congratular o atual Executivo pela forma inteligente como conseguiu planear e coordenar todo este programa das festas Concelhias mais em concreto, a parte logística; congratular o Executivo por conseguir apresentar um layout da Feira de forma a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

contemplar mais do dobro dos lugares para expositores da Câmara Municipal pelo excelente trabalho realizado na nossa festa da Feira de Ano.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente à documentação, o deputado Municipal Oliveira e Sousa já teceu as suas considerações. Acontece que nesta documentação que nós recebemos, acresce um outro problema na minha opinião. O facto de a Câmara Municipal ter concentrado uma série de pontos na última reunião de Câmara, não permitiu os extratos da ata com as opiniões dos diferentes Vereadores na documentação que nós recebemos isto é, nós recebemos apenas a documentação que tem que vir, em minuta, naturalmente e não temos os extratos das atas, o que seria humanamente impossível, atendendo ao número de pontos que foi à ultima reunião de Câmara Municipal e ao trabalho que seria impensável fazê-lo naturalmente. De qualquer forma, isso faz falta para termos também a opinião dos nossos Vereadores e de todos de forma geral. Esta é a primeira questão que eu deixo, deixo até como recomendação, já sabemos, nós que estamos ligados à administração pública e, também à Assembleia Municipal, uma vez que as Assembleias estão a ser marcadas previamente, o Senhor sabe que há pontos que são inevitáveis e que a Câmara poderá eventualmente tratá-las mais cedo para termos acesso à referida documentação e também que nos agrada bastante perceber qual a opinião dos diferentes Vereadores sejam eles de que bancada forem. -----

----- Relativamente ao Saneamento do Zambujeiro, qual é o ponto de situação? Se está a ser fiscalizado pelos Serviços da Câmara Municipal? Sabemos que há ali alguns problemas que não têm possibilitado inclusivamente que as pessoas se desloquem dentro do próprio lugar, é uma obra que se tem prolongado e gostaríamos de saber como é que está. -----

----- Outra questão que lhe gostaria de dizer, até porque me chegaram também algumas opiniões em algumas conversas, algumas pessoas me pediram para que perguntasse ao Senhor Presidente porque é que a Câmara Municipal andou a retirar saibro do PLIA durante cerca de 15 dias. Com que intenção, uma vez que faria lá falta porque, segundo palavras do Senhor Presidente, a terra e esse saibro faria lá falta para tapar alguns buracos.-----

----- Queria também perguntar ao Senhor Presidente qual é o ponto de situação do Concurso Literário Afonso Duarte?-----

----- Queria também perguntar ao Senhor Presidente, passando agora para a parte da Educação, gostaria que o Senhor me dissesse como é que esta Câmara Municipal seleciona as assistentes operacionais que estão nos Jardins de Infância. Como são recrutadas? O perfil? Quais os requisitos? Que Currículo? Como é que estas pessoas são colocadas? Como é que a Câmara faz esta escolha/entrevistas? Não consigo perceber.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

----- Ainda falando da Educação, eu não posso deixar de referir que o material informático está sem funcionar, eu tenho conhecimento que o Senhor tem recebido algumas indicações, isto já não é uma conversa de hoje, é uma conversa de ontem e, portanto como o Senhor sabe, se não sabe passa a saber que vou informá-lo, os professores atualmente e, porque a evolução assim o permite e, temos que a acompanhar, fazem os seus sumários num programa específico. Para acabarmos com o suporte de papel necessitam de internet e, necessitam de meios informáticos a funcionar nas suas escolas. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente para quando é que pensa, uma vez que já está nesta Câmara há dois anos, a alteração à Carta Educativa ou se irá continuar a ser como tem sido, uma vez que está tudo tão diferente, penso que também seria altura de pensar sobre isso. Pelo menos há-de ter uma ideia e eu gostaria de perceber qual é.-----

----- Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal, estas são as questões diretas ao Senhor Presidente da Câmara, eu gostaria ainda de fazer uma intervenção sobre dois pontos, se me fosse permitido.”-----

----- Pediu a palavra o PJF da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal, que disse: “São dois ou três pontinhos muito rápidos que não posso deixar passar em branco sem me referir a eles. --------

----- O primeiro é sobre a porta do cemitério em Montemor-o-Velho. Isto é uma sugestão que o Presidente da Junta poderá efetivamente dar ao Presidente da Câmara e chegarmos a um consenso em relação a isso, que é a sua abertura. Ela está fechada à chave por causa do vandalismo, de animais que lá possam entrar. Aquilo que eu me atreveria a propor é que ela tivesse com certeza fechada só ao trinco, para que as pessoas pudessem entrar, ver os seus entes queridos, à hora que assim o entendessem no cemitério. Devemos, na realidade falar sobre este assunto. Eu conheço outros cemitérios que assim o estão, podemos ver os prós e os contras, em relação a esse sentido. -----

----- A outra questão não sei se foi vandalismo ou não mas já está assim há algum tempo, também sei que está a ser preparado esse assunto que é o relógio da Torre. Há esse assunto a ser tratado e gostaria que houvesse uma maior celeridade porque nós Montemorenses, a nível do Concelho, quando passam ali, têm sempre a tendência de olhar para a torre e saber a que horas é que andamos. -----

----- Não queria deixar passar em branco, em claro e dar os parabéns pela iluminação que estabeleceu no Castelo. Espero que o vandalismo não continue como até aqui, em que partiam as lâmpadas que muito custam ao erário público.-----

----- Também queria falar sobre as festas da Feira do Ano e todo aquele espaço que, sem qualquer dúvida, fiou bonito, acessível, só quem não quer é que não vê. O Senhor Presidente está de parabéns. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Também em relação às Festas da Feira do Ano, eu também não quero deixar passar em claro e em branco, a forma como o seu Chefe de Gabinete, Dr. Décio Matias, se agarrou a esta causa que, foi na realidade e, eu presenciei isso, um moiro de trabalho. O Homem andava ali e eu presenciei, estive com ele algumas vezes, sem alguma dúvida ele teve ali sempre em cima das coisas. Há quem goste, há quem não goste, eu dou-lhe os parabéns, sem dúvida nenhuma mas, também quero dar uma “bicadinha” porque ele também teve uma boa escola de 8 anos do PSD e, ele agora está como peixe na água.-----

----- Em relação ao Balcão Único, não há dúvida que é um serviço muito precioso, continuo é a pensar que o Presidente da Junta devia pôr “faladura” nestas coisas. O Presidente da Junta não pôde estar presente, mas esteve o seu representante, o Senhor Vice-Presidente e devia pôr um bocadinho de faladura ao lado do Senhor Presidente e Secretário de Estado que esteve aí, até porque está instalado na sede da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Deixo uma palavra de rápidas melhoras ao Professor Doutor Fernando Ramos e para que rapidamente possa voltar a esta Assembleia.-----

----- Queria aqui deixar algumas notas relativamente também a um ponto que já aqui foi levantado, também porque algumas pessoas nos fazem chegar estes reparos relativamente ao relógio da Torre do Castelo, que está parado há sensivelmente 2 meses, gostaríamos de saber para quando estaria a funcionar corretamente.-----

----- Deixar também aqui uma saudação especial à Associação Filarmónica 25 de Setembro, pelos seus 123 anos. Aqui fica a nossa saudação a esta ilustre associação do Concelho que, hoje mesmo, comemora os seus 123 anos.-----

----- Queremos também aqui deixar uma palavra relativamente às festas concelhias. Obviamente não podíamos deixar de ficar bem precisos, digamos assim, com a dimensão que a festa teve. Quem entrasse percebia de facto que estávamos ali perante umas festas de grandes dimensões mas, não podemos aqui deixar de referir que, o alargamento da festa, não significa propriamente um crescimento. É nosso entendimento que, pelo seu excessivo alargamento, a festa não tinha o conteúdo suficiente que registasse a dimensão que teve. Pensamos que cresceu demasiado como festa e diminuiu bastante enquanto pólo atrativo das atividades económicas do Concelho, o que se traduz, de facto, numa emancipação dos bares e pouco conteúdo relativamente àquilo que de bom e de melhor se faz neste Concelho. Pensamos também que, em termos de planeamento e distribuição dos diferentes espaços, fica um pouco a desejar, com uma distribuição para tapar um bocadinho aquele espaço enorme, verde, de relva, que poderia em muitos dias tornar-se demasiado grande para a afluência que teve. E depois, mesmo a própria distribuição dos espaços relativos aos animais, à própria restauração que me parecia que estava um bocadinho desordenada e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

quem visitasse, teria que se amalganhar ali de um lado para o outro, passando de um estábulo, de logo a seguir para um bar ou para um restaurante. -----

----- Parece-me também que houve uma deficiência e que nos chegaram nas várias queixas, relativamente a deficiências nas instalações sanitárias, pois é que se de facto, os funcionários desta casa andam ocupados com outras coisas, não podem, em tempo útil, terminar as instalações sanitárias públicas que já há mais de um ano estão para ser concluídas e estarem abertas na altura de maior afluência de pessoas àquele espaço. -----

----- Queria também, ainda, deixar uma saudação à população da Freguesia de Santo Varão pelo movimento que tem criado em torno da exigência da abertura das passagens de nível superiores relativamente à Linha do Norte. A população está unida em torno desta promessa que tem vindo a ser feita quer pela Câmara Municipal, quer pela própria REFER e, exigimos aqui, que de facto, a Autarquia, juntamente com esta população desta Freguesia possa junto da REFER exigir esta promessa e que há muito está por cumprir. -----

----- Eu pedia também para, posteriormente fazer uma pequena intervenção.” -----

----- Pediu a palavra o PJF de Arazede, Eusébio Campos, que disse: “Desejo rápidas melhoras ao nosso presidente da Assembleia. -----

----- De certa forma, no primeiro caso, nos Espaços do Cidadão, reiterar aquilo que disse na Sessão Solene, onde não estavam todos presentes mas, aproveito para dizer aos presentes que realmente, os Espaços do Cidadão e, agradecer tal qual como o fiz, são e serão um marco histórico, ainda por cima no dia 08 de setembro, em que temos que obviamente dar os parabéns ao Senhor Presidente de Câmara e toda a sua equipa porque verdadeiramente eu percebi que não foi dada devida importância àquilo que aconteceu no dia 08 de setembro no Concelho. Nessa medida acho que é de referir nesta altura que realmente as freguesias, aquelas que foi possível ter já neste momento, ficam dotadas de um serviço de proximidade e que em muito a Câmara se envolveu, o Senhor Presidente de Câmara, os Serviços e, o próprio Estado que, como é óbvio, é um processo gradual de descentralização mas que muito vai trazer em termos de proximidade. É diário, em Arazede, neste momento, o acesso das pessoas a recorrerem a esse espaço. Portanto, os meus parabéns ao Senhor Presidente e a toda a equipa, porque é sem dúvida, uma coisa que vai ficar para a história, este dia e este ano em termos de Serviço Público de proximidade. -----

----- Em relação à feira de ano, também quero aqui dar uma nota e, tal qual como o fiz no ano passado, mais ou menos por esta altura, dar os parabéns ao Dr. Décio por aquela envolvimento que teve. Aquela feira tem realmente a sua marca, não sei se concordo, com o meu colega, António Pardal, se foi a escola do PSD, eu penso que é mais a escola do Presidente da Junta que, realmente, trabalha diariamente e, portanto,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

além dos aspetos de gestão que tem que fazer, também faz esse trabalho; se for preciso sujar o pé ou sujar a unha, estará presente. -----

----- Aproveito, tal como já disse no passado recente que, esse conhecimento de Presidente de Junta, continuo eu a ansiar para que, nos contactos dos equipamentos e das semanas que nós temos, que precisaríamos de um Dr. Décio a acompanhar, não sei se ele, se outro, porque devemos potenciar realmente os equipamentos que estão para chegar, que nós todos, sei que neste caso falo por todos, precisamos realmente desse apoio, sei que ele está a ser preparado e portanto, às vezes o mais difícil não é conseguir os recursos mas sim, depois operacionaliza-los e, nessa perspetiva, sei que essa operacionalização deve ser uma prioridade do Executivo camarário, em especial do Senhor Presidente porque as Juntas vivem muito, não é só no nosso Concelho obviamente. Como sabem eu trabalho em Cantanhede e essa operacionalização é feita de forma competente, diria. Portanto, precisamos dessas competências, aliadas aos equipamentos que estão a ficar prontos. -----

----- Dar os parabéns também pela questão do Castelo que já foi aqui referida, é realmente o nosso símbolo. A iluminação estava bonita e Montemor, terá que aproveitar as suas oportunidades para vender/aproveitar aquilo que temos e, sem dúvida, as festas da Vila, são uma delas. O Castelo, as Festas, o Centro de Alto Rendimento, o Arroz, o que seja tem que ser bem aproveitado, daí eu também dizer aqui, como já disse na reunião com os presidentes de Junta que as festas devem ser cada vez melhores. Depois, a forma como as pagar, isso é competência e responsabilidade do Senhor Presidente e da sua equipa. Concordo, que realmente, em termos de espaço, estão de parabéns pela iniciativa e que o tal cartaz tem que acompanhar o resto. Quanto a outras questões políticas, não é esse o meu papel, agora entendo que realmente devemos chamar cá pessoas e, para isso, associado ao espaço bonito, arranjado, verde, com melhores acessos, deve haver um acompanhamento do cartaz, seja ele o das Freguesias, que eu acho que deve ser melhorado no aspeto de, por exemplo, este ano e isto é mais em jeito de sugestão, a atuação das Freguesias era demasiado cedo, havendo pouca gente ainda no recinto mas, isso são coisas que, com certeza, irão ser melhoradas mas, o outro cartaz que chama cá pessoas e, as pessoas é que vão dar nota positiva. O importante do cartaz, não é tanto se vem um artista brasileiro ou outro português de renome; é mais e também o trazer pessoas de fora do Concelho, que depois irão com certeza dar uma opinião positiva sobre o espaço que temos em Montemor e, eu penso que é disso que precisamos, essas promoções fazem-se lentamente, gradualmente mas, isto é um investimento, também que não é de retorno imediato, daí eu achar que temos que aproveitar bem esta marca, feira do ano, as festas da vila e o que referi anteriormente, portanto neste caso dar os parabéns pelo sucesso que tivemos que é um orgulho para todos os Montemorenses.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu responderia primeiro ao membro Oliveira e Sousa, em relação àquilo que me diz mais respeito, a questão do atraso na documentação. De facto, é uma questão já crónica, infelizmente tem sido assim, mas eu penso que é possível melhorar a situação. Isto também se deve um pouco à Câmara que está com uma dinâmica que nos obriga a atrasar um pouco todo o processo. A documentação vai a tempo, mas um pouco atrasada. Acho que tem que haver um pequeno esforço de todos nós para dar uma olhadela aos documentos, mesmo em cima da hora, de qualquer forma também reconheço que o atraso é grande.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Desejo rápidas melhoras ao Senhor Presidente da AM, Professor Doutor Fernando Ramos, sei que as coisas estão a correr bem, vão ser lentas mas está tudo a correr bem e também expressar aqui uma mensagem que ele também me transmitiu de desejar bom trabalho a esta AM, que estará presente, pelo menos em espírito, porque efetivamente, ele gosta de exercer a sua função, independentemente da boa prestação que o Eng.º Carlos Lucas está a ter nesta AM.--

----- Passando a responder às questões que me foram colocadas. Eu vou tentar ser muito sucinto, até porque os pontos são muitos e, se calhar precisam de uma discussão aturada e demorada. -----

----- Despesas com as Festas da Vila, vocês, quando nós prestarmos contas, vão ver uma rubrica que se chama Festas da Vila, é assim que a rubrica está designada e aí vão poder ver os custos da operação. -----

----- Quanto à questão colocada pelo Dr. Oliveira e Sousa, relativamente à adjunta do Presidente, eu também acho que é uma boa figura e eu vou incentivar que ela faça mais vezes intervenções, porque efetivamente é uma boa embaixadora das mulheres deste Concelho, que são lindas e, utilizando a sua linguagem poética, são as nossas rosas e nós temos que dar rosas às pessoas.-----

----- Quero-lhe dizer aliás, esta Assembleia começa a reconhecer que o meu gabinete tem mais-valia. Esse elogio à Dr.ª Diana Andrade e ao Dr. Décio, que eu aqui hoje ouvi, são afinal, a prova de como eu tinha razão quando os escolhi para me assessorarem. Muito obrigado pelo vosso reconhecimento. -----

----- Quanto à questão que colocou, eu ainda não consigo mandar na TVI. Aliás, a TVI é convidada por nós para fazer um programa de entretenimento e, naturalmente, eu ainda não tenho essas especiais habilidades para poder contestar o guião do programa. Eles são profissionais, eu não. Portanto, eles é que distribuem os tempos, eles é que fazem as entrevistas. Nós só lhe facultamos os meios para que eles possam promover em tempo de televisão que é preciosíssimo, o nosso Concelho e as gentes do nosso Concelho. Se as pessoas se dirigiram ao Dr. Oliveira e Sousa, enganadas quanto ao Presidente da Câmara, provavelmente são pessoas não presentes em Montemor, como o Senhor porque, efetivamente, eu ando por todo o lado e toda a gente me trata por Presidente da Câmara. Pelos vistos, essas pessoas que se cruzaram consigo são também visitantes de fora e não conhecem naturalmente e, com toda a justificação o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

Senhor Presidente da Câmara para caírem em tal equívoco que V. Ex.^a aí referenciou. -----

----- Quanto à questão do Castelo estar degradado. Eu podia aqui dizer muita coisa mas, já aqui foi referenciado, nós estamos a fazer o trabalho que se impõe e, o trabalho que podemos fazer. Se tiver curiosidade, nós temos o caderno de encargos que nos foi transmitido pela Direção Regional da Cultura, pelos técnicos dessa Direção Regional onde nos dizem o que devemos fazer e, vai perceber que é um trabalho quase ciclópico, querem que nós cortemos as heras à tesoura, uma a uma e, querem um conjunto de requisitos absolutamente incríveis. É evidente que nós iremos tratar do assunto mas, perdoe-me Senhor Doutor Oliveira e Sousa, para cortar heras uma a uma, eu não tenho disponibilidade de pessoas na Câmara Municipal. Neste momento, há outras coisas mais importantes. -----

----- Quanto às obras, eu já referenciei aqui, já dei a resposta, os processos estão em curso. Os processos de arquitetura e de intervenção arquitetónica do Festival Forte tiveram que ter a aprovação prévia dos tais técnicos da Direção Regional de Cultura e, os valores, eu já expliquei aqui ou, pelo menos já dei essa explicação, os valores são realistas e, só podem concorrer a essas obras, empresas específicas. Portanto, o Festival Forte, a entidade organizadora, já pagou o dinheiro das taxas que servirão para essas obras. Como são entidades específicas, nós temos que repetir os concursos, porque eles têm ficado desertos e, é tão só por isso, porque só aquelas entidades que têm um determinado alvará é que podem recorrer. Aqui, a concorrência não é muita e, é muito difícil fazer obras pelo preço real mas, nós continuaremos a insistir. -----

----- Quanto à questão das Festas e, considerando as suas palavras, de que sou um homem intelectualmente sério, eu acho que anda desatento, ou pelo menos não anda atento àquilo que eu digo; para umas coisas anda atento mas, para outras não. Eu quero-lhe dizer que eu já referenciei, saiu em todos os jornais, dos 40 momentos/eventos culturais das festas, 30 tinham a participação integral ou parcial de artistas do Concelho, fizemos questão que isso acontecesse. Isto é absolutamente real e verídico e, já de agora, também neste ponto, dizer que, fizemos umas festas modestas, quando convidamos artistas de fora ou de âmbito nacional. A Freguesia de Maiorca e a Freguesia do Lourical tiveram um orçamento de festas, que seguramente é o triplo, em termos de artistas daquele que foi praticado no Concelho de Montemor-o-Velho e são Freguesias. Eu também já expliquei que continuamos com o mesmo modelo de festas populares e eu quero que sejam festas populares, por isso não se cobra bilhete; o bilhete não é ainda importante neste momento porque, no dia em que entrarmos com os bilhetes, vamos ter que naturalmente, dar algo em troca às pessoas nomeadamente, um bom programa de festas e aí entramos numa festa comercial, que é aquilo que nós não queremos fazer e, por isso mesmo, o orçamento dos artistas de fora que nós contratamos é metade do artista de topo, que hoje circula para aí nas festas das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

redondezas, do artista mais caro português e, ele anda por aí, em todas as festas. Portanto, continuamos a pensar com seriedade nas contas do Município. -----

----- Quanto à questão da Urbanização da Quinta de São Luíz, estamos neste momento em negociações, foi pedido e solicitado e, o Senhor sabe que eu sou uma pessoa de consenso, pelo ilustre advogado da empresa uma tentativa de consenso quanto a estas questões das obras e sei que houve uma reunião na semana passada com esse ilustre advogado nesta casa, por forma a chegarmos a um consenso, por aquilo que fui informado, as coisas têm um bom caminho para andar e boas perspectivas.-----

----- Quanto à questão da deslocação de terras, pelo amor de Deus, não misture a atividade profissional, o Senhor é advogado desta causa, venha aos Serviços da Câmara que nós facultamos toda a informação, não me parece correto, perdoe-me a minha frontalidade, tratar desse assunto particular que não tem a ver com a questão política que está subjacente. Há ali questões que eu não queria aqui referenciar, por respeito até aos seus clientes, porque não me parece correto eu estar aqui a digladiar-me consigo, como se de um pleito fosse. Eu já não sou advogado portanto, não quero fazer isso. Venha cá, fale connosco, nós facultamos-lhe a informação toda.-----

----- Como estamos a tratar de homens intelectualmente sérios, também lhe digo que as suas ajudas de custo estão para pagamento, são 1764,83€, já pode endereçar o cheque à APPACDM, se fizer favor. -----

----- Quanto às questões do Luís Madaleno, tenho muito gosto em lhe dizer que sempre mantive consigo uma relação de frontalidade. Nós estamos a negociar com a REFER e Infraestruturas de Portugal, a feitura dessas passagens de nível. Tivemos uma reunião com eles, como já referenciei, eles exigiram-nos um projeto e, há um conjunto de coisas que temos que fazer para que eles aceitem. Não podemos intervir como foi feito por outras entidades e que agora estão em litígio judicial. É preciso ter atenção por uma questão de postura. É evidente que podíamos ter feito isso, e depois íamos discutir no tribunal mas, não é essa a nossa filosofia, até porque temos que resolver outras questões com esta entidade que carecem também de algum bom senso de ambas as partes e, por isso, queremos manter com eles uma boa relação. Temos alertado para a deficiência dessas passagens de nível, há situações graves e eles têm vindo intervir e, portanto essa é a situação.-----

----- Quanto à estrada da Raseira e todas as outras, nós vamos empreender um plano de tratamento de todas as estradas do Concelho, aquelas que podermos e, portanto, remeto para uma data próxima para nós podermos aferir quais são as prioritárias. Eu não me vou pronunciar porque há aí mais questões, sucessivamente têm-me colocado essas questões. Vamos fazer as coisas com ponderação. -----

----- Quanto à questão da previsão das obras da Escola do Seixo, foram obras demoradas e complicadas; estamos neste momento, a meter as caleiras. Não o podemos fazer porque dependemos de uma entidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

terceira, apesar dos nossos Serviços poderem fazer, isto é um alerta que eu deixo também aos Senhores deputados: nós não temos operacionais e, estamos a viver muito à custa de CEI's, porque a Câmara Municipal não pode meter pessoas a trabalhar na Câmara, não pode contratar, dada a situação financeira que tem e que mostrou no passado e, portanto, trabalhamos com CEI's e, os mesmos não garantem a execução desta obras, que são em altura e se revestem de algum perigo e, por isso, contratamos de fora e, nessa perspetiva estamos dependentes da disponibilidade dessas entidades externas.-----

----- Quanto à intervenção da Dr.^a Cristina Jorge, os extratos são precisamente isso, não têm que ter a opinião dos Vereadores, são aquilo que são, extratos. Quero dizer que eu posso pedir desculpa de às vezes não fazer as reuniões sobre os assuntos e sobre alguns temas mais cedo mas, não é humanamente possível, eu já não consigo exigir mais dos trabalhadores do Município por forma a que eles possam ainda fazer mais do que já vão fazendo, para que as coisas possam vir mais cedo. Eu por minha vontade vinham mais cedo, até gostava de discutir as coisas com mais tempo. -----

----- Quanto à questão do saneamento do Zambujeiro, quero-lhe dizer que a obra está dentro do prazo, o empreiteiro tem prazo. Nós fomos alvo de uma impugnação judicial na adjudicação que atrasou o início das obras. Só podemos iniciar as obras quando chegamos a acordo com a entidade que impugnou os concursos e, por isso isto se prolongou até agora. A obra está a ser fiscalizada. Há uma postura do empreiteiro que vem do passado; é o empreiteiro que nós todos sabemos quem é, eu próprio já intervi, e já lhe disse que a situação tinha mudado, que eu não queria, não admitia este tipo de atitude. Eu também concordo com os senhores deputados e já concordei com os senhores Vereadores, não gosto, nem aceito a forma como aquela obra está a ser feita. Porque, efetivamente a obra que está a ser feita na Mata – Arazede, tem outro tratamento. O empreiteiro tem outro tratamento com as pessoas, tem outro respeito pelas pessoas. Esta é a situação que nós temos e que eu próprio tenho intervindo pessoalmente, já discuti com o Senhor responsável pela empresa.-----

----- Quanto à pergunta como são selecionadas as assistentes operacionais, quero-lhe dar nota que é sabido que nós não podemos contratar pessoas para a Câmara Municipal, são CEI's muitas das vezes, que são recrutados da forma que nós podemos. Há aqui um dado muito importante, as pessoas que estão desempregadas, na sua maior parte, não querem estar de serviço como CEI, esta é uma realidade incontornável mas, ninguém vai para as escolas sem uma entrevista prévia, onde eu nem sequer intervenho, nem sequer sei o que é que se passa nessas entrevistas e são garantidas pelas mesmas trabalhadoras do passado porque eu não alterei ninguém na área da educação. São as mesmas pessoas que faziam as entrevistas no passado, que as fazem agora e não têm nenhuma recomendação especial da minha parte para irem contratar A, B, ou C. Provavelmente, deve estar a referir-se que, eu próprio me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

empenho a encontrar pessoas; eu próprio ponho todos os meios ao meu alcance para que possa chegar até pessoas que estejam em condições de integrar estes CEI's, porque nós temos os CEI's aprovados, isso é uma realidade que pode ver. Para a educação temos 11 CEI's aprovados e, ainda não os conseguimos preencher todos porque as pessoas não aceitam vir trabalhar para a Câmara Municipal nesse regime e, por isso a dificuldade que temos. E, eu tenho-me empenhado, eu peço a toda a gente, também lhe peço a si, se me puder ajudar, com todo o gosto, independentemente, que me sugira pessoas para vir à entrevista; se depois são aceites ou não, isso não lhe posso garantir. Este é o método de seleção; se houver alguma queixa em relação a alguém, agradecemos, também, que nos informe, porque efetivamente, nós estamos imediatamente disponíveis para tomar posição sobre o assunto como já o fizemos no passado.-----

----- Quanto aos equipamentos informáticos, quero-lhe dizer que acho muito bem que faça essa pergunta, devia era ter feito era mais cedo, porque os equipamentos informáticos das escolas têm mais de 10 anos. Aliás, eram como os equipamentos informáticos desta Câmara. Só que nunca lhe vi fazer essa pergunta no passado. Quero-lhe dizer até por força de uma aquisição de uma nova aplicação informática com que vamos trabalhar, nós temos que reformular todo o parque informático das escolas para que também as Escolas possam comunicar connosco. Há prioridades e, eu já lhe expliquei isto várias vezes. Há prioridades que eu vou seguindo. Acabamos de reformular o parque informático central ou seja, ao nível de servidor da Câmara Municipal, é preciso dotar os trabalhadores de alguns equipamentos informáticos novo e, a seguir vamos também trabalhar com as escolas, não em simultâneo porque nós precisamos desses computadores a funcionar, pelo menos um em cada escola na plenitude, por forma a que possam comunicar connosco na nova aplicação informática. Também lhe quero dizer que tem havido um esforço muito grande dos Serviços para recuperar e por os equipamentos a trabalhar, coisa que não ocorria no passado.-----

----- Quanto à questão da alteração da Carta Educativa, eu concordo consigo, que se deveria rever mas eu gostaria de esperar pelo resultado das próximas eleições legislativas porque não sei quais vão ser as políticas do futuro governo; se forem do mesmo nós iremos ter que iniciar de imediato a reformulação da Carta Educativa; se forem diferentes também temos que iniciar mas, gostaria que seguissem um alinhamento correto, em relação a que tipo de modelo escola querem os nossos governantes. -----

----- Quanto às questões do Senhor Presidente da Junta, António Pardal, agradeço a sugestão da porta do Cemitério, eu não posso avaliar, nem lhe posso responder já. Aquilo que sei, é que a porta é fechada por causa de ladrões ou de atos de vandalismo.-----

----- Quanto à questão do relógio da Torre do Castelo e, penso que vou responder a mais pessoas, eu tenho a dizer que esta reparação é feita por um técnico especial. Não há muitos no país. O procedimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

interno está, do ponto de vista da contratação, está feito. O problema é que este é um técnico especializado, como toda a gente sabe, no passado, já acontecia isto. Há só um técnico capaz de mexer no relógio, pelo menos foi o que me foi dito e, nós queremos até que seja aquele técnico que, por experiência do passado, é o único que resolve cabalmente as questões do relógio da Torre do Castelo. Todos nós também estamos em sintonia com a necessidade urgente desta reparação.-----

----- Quanto à questão da inauguração do Balcão Único, agradeço muito que me tenha feito essa interpelação, mas nós não convidamos pessoas para a fotografia. Eu vou-lhe explicar muito claramente. Inauguramos um serviço da Câmara Municipal, portanto não vejo que o protocolo me obrigue a convidar o Presidente da Junta para falar sobre a inauguração de um serviço municipal, peço-lhe desculpa mas é, frontal e direto. Tenho todo o respeito por si mas, há coisas que também são demais.-----

----- As opiniões do deputado Ricardo Brites são de considerar, vamos pensar sobre elas. Não concordo com algumas coisas que disse, vamos tentar melhorar. Quero-lhe dizer que as instalações sanitárias foram triplicadas no evento deste ano, o que se passou é que a afluência foi muito maior do que aquela que esperávamos mas, concordo consigo que houve falhas nessa matéria. -----

----- Quanto à questão das passagens superiores, eu estou solidário em absoluto com os habitantes de Santo Varão mas, há aqui uma questão que lhe queria corrigir: eu não fiz nenhuma promessa de cumprimento de obrigações da REFER. Houve aqui um conjunto de confusões no passado que me parece que têm de ser esclarecidas. É que se prometia tudo e deixava-se para pagar depois ou pensava-se no pagamento depois. Sem financiamento comunitário, não vejo como é possível a Câmara Municipal fazer esta ou outras obras que me vêm pedindo porque, efetivamente, são obras de grande vulto e, portanto tem que ser a entidade Infraestruturas de Portugal a garantir o financiamento das mesmas e eu, estarei disponível para efetivamente, participar, se for caso disso, porque é em benefício de populações do Concelho e, aquilo que se passa nesta Linha, como nós já alertamos e, quando eu alertei, a propósito da reunião que já aqui foi falada com esta mesma entidade, que me choca imenso ver crianças a atravessar a Linha; que me choca imenso a forma como a REFER ou as Infraestruturas de Portugal se descuidam com estas situações. Não é possível coartar o direito das pessoas de irem visitar o familiar que se encontra do outro lado da linha e que sempre visitaram porque o acesso era rápido e fácil e tive uma reação extremamente áspera e desagradável por parte das pessoas com quem estava reunido. Porque efetivamente, têm privilégios legais de que é impossível e é expressamente proibido circular naquelas linhas e, portanto, refugiam-se nesses argumentos legais e de privilégio e é muito difícil convencer as pessoas que é impossível coartar o fluxo das pessoas nesse ponto. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta, Eusébio Campos, permita-me lhe dizer com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

toda a frontalidade. Admiro e respeito a postura séria e de grande elevação política que manifestou aqui. Criticou, elogiou quando tinha que elogiar. É assim que se faz política no Século XXI. -----

----- Em relação aos Espaços do Cidadão, quero agradecer a todos os Presidentes de Junta, o empenho e a visão política que tiveram em aceitar estes projetos e gastar parte das suas verbas, ou verbas avultadas para consumir esta instalação dos Espaços do Cidadão. Sobre estes Espaços de Cidadão e, em relação à formação, dizer o seguinte: os Serviços que se prestam nos Espaços do Cidadão são serviços online. Aqui o que é diferente? Têm atendimento assistido. As pessoas têm atendimento assistido porque não sabem provavelmente ir ao computador, ir à página e fazer aqueles serviços que se prestam nos Espaços do Cidadão. Quero-lhe dizer que não há nenhum Espaço do Cidadão que tenha aberto, sem que os operadores tivessem formação. Tiveram formação intensiva e, essa formação é assegurada não pela Câmara Municipal mas pela AMA e, portanto nós dependemos da AMA para que essa formação seja dada. -----

----- Quanto às sugestões eu tomei em devida nota e, agora, vamos falar do Dr. Décio e sobre as festas. Em primeiro lugar, quero dizer que as festas não são do Dr. Décio Matias. Quero dizer a todos que a preparação das festas, iniciou-se 3 meses antes e, todas as semanas tinha uma reunião de coordenação para validar e averiguar, da evolução das festas. Nessas reuniões, muitas das vezes, o Dr. Décio Matias não esteve presente porque, ainda hoje aqui, neste momento, já aqui esteve, já me prestou informações sobre o ponto de situação dos dois furos; já me prestou informações sobre algumas questões que foram aqui suscitadas na Assembleia Municipal; já me prestou informações sobre o andamento dos projetos comunitários que têm que ser encerrados a 30 de setembro e, por isso, o Dr. Décio Matias não faz só festas concelhias. Eu percebo porque é que estão a elogiar a prestação do Dr. Décio Matias. É que querem retirar aos trabalhadores desta casa, ao Executivo e, também ao próprio Dr. Décio Matias, o mérito daquilo que foi feito e, portanto, quero aqui dizer que o mérito é de todos, das Juntas de Freguesia que colaboraram connosco, dos trabalhadores desta casa, do meu gabinete pessoal, dos Vereadores, de mim próprio e de todos aqueles que construtivamente colaboraram nas festas. O Dr. Décio Matias, acho que merece outro respeito. Efetivamente, ele não vem da escola do PSD, eu tenho pena que o Senhor Presidente da Junta não tenha sido bafejado, pelos ares benéficos dessa famosa escola do PSD, porque se calhar tinha o mesmo tipo de colaboração e de prestação que o Dr. Décio Matias tem e teve sempre na sua postura como Presidente de Junta e, já de agora, quero-lhe dizer que o Dr. Décio Matias tem o mau hábito de se dedicar de corpo e alma às causas em que acredita e, ainda bem que ele acredita neste Concelho e, ainda bem que ele acredita neste Executivo.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu como membro da CPCJ e da comissão restrita, é minha obrigação dar informação a esta Assembleia, da situação.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

Portanto, a CPCJ esteve cerca de 2 meses sem reuniões da comissão restrita. Estamos a falar de uma comissão que obrigatoriamente, deverá reunir de 15 em 15 dias e estamos a falar também, tenho que informar a referida comissão que, muitas vezes, a Senhora Presidente da Comissão falta e é substituída pela Senhora Secretária. Quando está, chega também atrasada.-----

----- Esta situação está a criar algum mau estar na referida comissão e este é efetivamente, um facto único, desde que eu faço parte da referida comissão. Nunca a Comissão teve esta falta de retaguarda que agora está a ter.-----

----- Esta é uma informação que me compete dar a esta Assembleia.-----

----- Queria também e, porque assim me pediram, de informar esta Assembleia Municipal que a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Montemor-o-Velho, pediu à digníssima Câmara para utilizar as instalações do JI, na parte da AF, para continuar porque isto era a continuação do projeto de generalização da estimulação e iniciação musical das crianças frequentadoras do Centro Educativo. -----

----- Com muita pena da referida Associação, que assim me pediram para transmitir, esta cedência não foi autorizada pela Câmara Municipal, tinha sido no ano anterior, não foi porque a Câmara Municipal sendo detentora do edifício alega que a DGEstE que é tutelada pelo Ministério da Educação, a seu tempo deu uma informação à própria escola que não poderíamos ceder as nossas instalações. Acontece que, nem estamos a falar de privados, estamos a falar de uma Associação de Pais e, não estamos a falar de exagerados custos para os pais, nem de longe, nem de perto, porque tanto quanto sei, as crianças irão pagar mais pela frequência da natação, do que propriamente pela questão da continuidade deste projeto. -----

----- Lamentamos, de facto, que esta tenha sido a decisão da Câmara Municipal, respeitamos mas, não podemos deixar de lamentar.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Não podíamos deixar de deixar uma informação de lamento pelo sucedido na União de freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, que levou à demissão do Tesoureiro desta Freguesia, o Senhor Telmo Graça, eleito pelo PS, nas últimas semanas. -----

----- Queremos aqui também deixar uma mensagem da profunda correção democrática como todos os elementos do Executivo trataram desta situação, assim como o Presidente da própria Assembleia de Freguesia, da forma correta como trataram este assunto; um assunto delicado, melindroso que foi tratado neste âmbito politicamente e, está resolvido. Deixamos aqui, se houver outras situações, ou outras entidades que queiram pegar neste assunto, para resolver outras questões que não sejam de âmbito político, que sejam de âmbito criminal, possam assim agir de forma justa, correta e legal.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito, Senhor Presidente. Não haja dúvidas que ouvi com toda a atenção a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Senhor Presidente da Câmara, constato que domina todos os dossiers, é um homem que está presente e digo-lhe mais: respondeu cabalmente, elevadamente a todas as questões que foram colocadas. Por isso, não é só picadelas nem picardias que, às vezes, como ele tem as costas largas para apanhar e para levar e para dar. Há momentos para isso mas, também há momentos para elevá-lo e, reconhecer a elevação, a forma de domínio dos dossiers e a forma elevada, como respondeu a todas as questões. Bem-haja Senhor Presidente.”-----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Deixo aqui um repto de rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Fernando Ramos. Eu apenas queria referir aqui dois pontos relativamente àquilo que já aqui foi falado. Primeiramente falar quanto às Festas do Concelho de Montemor, eu reitero tudo o que também foi dito há pouco pelo deputado Ricardo Brites em relação à forma como explicou as festas e como as coisas foram organizadas. No entanto, não posso deixar de referir depois de ter ouvido que, foram precisos três meses para organizar esta festa, que é preciso ter algum cuidado nas próximas edições, no que toca à segurança dos munícipes que estão dentro do recinto das festas; se as coisas foram assim tão bem preparadas eu não entendo como é que no dia 07 para 08 de setembro, na famosa noitada em que tem uma afluência enorme ao recinto das festas de Montemor, a determinada hora da noite, houve uma situação menos boa que aconteceu, que envolveu alguns problemas e, alguns conflitos entre alguns munícipes deste Concelho e um grupo de pessoas que vieram de fora do Concelho. Na altura, não estava segurança devida para rapidamente acalmar a situação e houve ali casos de agressões e problemas graves a nível físico, que podiam ter sido rapidamente evitados se tivéssemos uma segurança adequada. Tiveram de ligar para as autoridades, até virem e não virem bem, o tempo todo que se demorou, houve ali problemas com os munícipes do nosso Concelho que acho que podem ser perfeitamente evitados em futuras edições se, essa questão for salvaguardada. -----

----- Apenas aqui também referir que, não acho de muito bom-tom, estarmos aqui sequer a classificar o trabalho que é feito por um determinado Presidente de Junta. No entanto, não posso deixar passar em claro, depois de ter ouvido este ataque que ouvi ao Presidente da Junta de Montemor e, dizer-lhe que, caro companheiro António Pardal, o meu amigo tem trabalhado tão mal mas, têm-se eleito democraticamente nos últimos 14 anos como Presidente da Junta de Montemor e agora desta União de Freguesias portanto, espero que continue assim a trabalhar mal, que é para isso que os munícipes o elegem.”-----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse “Eu de alguma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

forma, recolhi a informação de que as Águas da Figueira, têm uma requisição para que se faça uma ligação entre as Águas da Figueira e o nosso sistema de abastecimento de águas através de Liceia. Era só para saber se isso está planeado, se não está. Eu já sei que compra água às Águas da Figueira, através dos autotanques mas, se isso realmente está planeado, se vai avançar com isso ou não.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor deputado Luís Madaleno, agradeço a interpelação. Para lhe dar a resposta a isso tenho que lhe dar uma explicação mais alargada e eu peço desculpa a todos os deputados municipais.-----

----- Efetivamente, na altura em que tivemos os problemas com a água, nós recorremos com os autotanques dos bombeiros a água fornecida pelas Águas da Figueira e, quero-lhe aqui anunciar que essa água foi cedida gratuitamente e aqui, um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Dr. João Ataíde e, também ao Administrador das Águas da Figueira, Eng.º João Damasceno, que fizeram questão de oferecer essa água ao Município de Montemor e, nessa altura, nós equacionamos, por uma questão de redundância, como eu também equacionei com as Águas de Coimbra, termos um pólo de abastecimento alternativo via Liceia, porque é um sítio onde podemos colocar condutas, como também quis e solicitei parecer técnico e sugeri às Águas de Coimbra que tivéssemos um pólo de ligação às Águas de Coimbra, em Pereira, por forma a que, numa situação de emergência, tanto nós possamos fornecer água àquelas localidades fronteiriças a Coimbra, como à Figueira. Efetivamente, foi bem acolhida a minha sugestão junto dessas duas entidades. Essa entidade enviou um estudo que já tinha sido feito no passado por eles, por uma entidade e, os custos são completamente inoportáveis e, por isso mesmo nós vamos aguardar melhores ventos e melhores novidades. Estamos a fazer já, aquilo que eu considero as sugestões alternativas. Estamos neste momento com duas captações novas em execução, os resultados ainda primários, são muito bons porque, tanto o furo do Seixo, como o furo do Sargaço, estão a dar água. Não podemos ainda dizer que está o problema solucionado naqueles dois setores, porque temos que continuar a fazer mais furos, agora têm que ter a noção de que a solução de abastecimento de águas pela Figueira, por Cantanhede ou por Coimbra, não é uma solução que interesse a Montemor. Neste momento, estamos a pagar mais de 30.000€ de água a Cantanhede, à Inova, o que não é nada agradável porque nós não cobramos essa água, nem o valor dessa água porque, como sabem há uma diferença de preços e, isso não é solução. A solução é efetivamente fazer novos furos e novas captações. -----

----- Essas ligações que se refere eram ligações de emergência ou de alternativa ou de redundância, nunca pensei eu, nem nunca acreditei eu, que fosse uma solução comprar água à Figueira, ou a Coimbra, ou a Cantanhede. Nós queremos depender o menos possível de qualquer entidade externa; nós temos água no Concelho e queremos captá-la.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Um último esclarecimento. Não temos tido muita sorte com os furos porque são furos de complexidade técnica muito elevada ou seja, eu vou dar um exemplo, apanham-se cavernas e, portanto o furo tem que ter um conjunto de requisitos para que o furo possa continuar, que levam muito tempo, para além de, nas zonas onde nós estamos a fazer esses furos, terem determinados sedimentos nomeadamente, barro de elevada viscosidade em que a perfuração é muitíssimo demorada ou seja, leva 10 ou 15 vezes mais de tempo a perfurar aquele barro do que rocha e, portanto, é só para vos dar essas informações todas. Ficam no domínio de quase toda a informação sobre este assunto.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro**-----

----- O PMAM deu a palavra ao PJF da Ereira, Vasco Martins que disse: “Queria falar sobre este ponto e, em especial em relação ao relatório financeiro que se encontra na parte final de toda a informação escrita e fornecida pelo Senhor Presidente de Câmara. -----

----- Queria aqui realçar e enfatizar a questão dos fundos disponíveis. Todos nós podemos verificar, pelo menos quem avaliou e verificou o relatório que nos foi dispensado, que neste momento existem fundos disponíveis na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. A Lei 8/2012, relativamente à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso, refere-nos este caso e especifica-nos que para existir qualquer aquisição é necessário que existam fundos disponíveis. Pois bem, neste momento e, contrariamente àquilo que o atual Executivo da Câmara Municipal herdou, existem fundos disponíveis, precisamente para que se possa cumprir definitivamente essa Lei. Como podemos todos avaliar pelo relatório que nos foi entregue, quando este Executivo iniciou a sua atividade existiam de fundos indisponíveis cerca de 13.800.000€, neste momento existem fundos disponíveis de cerca de 1.400.000€. Naturalmente, quero aqui congratular o Senhor Presidente de Câmara, todo o seu Executivo pelo rigor, pela determinação que têm colocado em prol desta causa. Em prol desta causa e, em prol naturalmente, do nosso Concelho e das nossas Juntas de Freguesia. -----

----- Coloco agora, aqui, o nome do colega Eusébio, relativamente àquilo que disse há pouco, porque também eu corroboro com aquilo que disse. -----

----- Muitas das vezes as Juntas de Freguesia são uma escola e, respeitando tudo o que é dito neste fórum, respeitando tudo aquilo que aqui é referido, naturalmente, desculpem mas é a minha opinião e, eu não posso deixar de a manifestar, às vezes era importantíssimo que muitos dos presentes tivessem oportunidade de passar pelas Juntas de Freguesia para perceberem a dificuldade que existe, muitas das vezes, em conseguir fazer face a um pequena reparação, a uma pequena intervenção. Eu tive o privilégio de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

receber uma Junta de alguém que está hoje na mesa, o Fernando Pereira Nunes Curto, que não era uma Junta de Freguesia muito abonada, mas estava equilibrada financeiramente e vai-me permitindo fazer algumas intervenções, fazer algumas melhorias. Não é o caso de todas as Juntas de Freguesia, não é o caso daquilo que se passou no passado com esta Câmara Municipal e, naturalmente só posso voltar a congratular este Executivo, só posso voltar a congratular o Senhor Presidente de Câmara de facto, por ter alcançado este feito que, naturalmente, trará benefícios para todos nós, enquanto munícipes do Concelho de Montemor-o-Velho, para nós enquanto Presidentes de Junta.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu acabei de ouvir falar o deputado municipal do partido Socialista e, realmente ele deve não saber que o esforço financeiro da Câmara Municipal, não é só boa gestão. Não podemos esquecer que tal esforço é conseguido à custa dos munícipes que pagam as mais elevadas taxas de água e de IMI e de IRS neste Concelho. É a eles a quem se deve esta parte do esforço financeiro. É isso e, esses munícipes é que estão de parabéns.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Obviamente não podia deixar de contestar a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ereira e meu amigo, Vasco Martins, porque ele não disse tudo ou seja, aquilo que ele disse está correto mas, precisamos de explicar porque é que temos esta realidade hoje. Temos efetivamente uma maior receita derivada das faturas da água. Temos uma maior receita efetivamente da cobrança do IMI, mas também temos taxas de juro inferiores, obviamente temos um serviço de dívida reduzido, com menores custos, temos compromissos e responsabilidades que deixaram de estar enquanto dívida da Câmara Municipal e, provenientes de todas aquelas obras que foram deixadas cair. Obviamente, que permite, que este Executivo tenha uma maior folga relativamente aos fundos disponíveis. Terá algum mérito mas, convém aqui referir toda a verdade dos factos e, perante isto eu não podia deixar de tecer estes comentários.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Por acaso eu acho que toda a gente deve fazer intervenções políticas mas, recomendo vivamente aos senhores deputados quando fazem intervenções políticas, que leiam atentamente os documentos. Eu até aceito que não leiam a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. Aquilo tem muita coisa, mas há uma coisa que acho que devia ser uma preocupação de todos. Na questão financeira, todos deviam ler. Para todos os deputados que intervieram: página 5, quadro sobre a venda de bens e serviços correntes; outros – água; receita de 31/07/2014, sem atual tarifário – 532.438,82€; receita a 31/07/2015 – 629.058,17€; variação – 96.619,35€. Como devem perceber, cada um daqueles furos que está a ser feito custa na ordem dos 40.000€, cada uma das intervenções, só em caudalímetros para poder fazer medições, gastamos mais de 30.000€, só assim as únicas despesas que eu me lembro de memória e, portanto, para ter a noção daquilo que referem, eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

gostaria que lessem bem os documentos.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu há pouco referi e disse e elogiei a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, não haja dúvidas que domina completamente os dossiers mas, agora tratar os senhores deputados municipais como meninos de escola, isso é que não. Isso não. Porque V. Ex.^a disse que todos os deputados municipais intervenientes, deviam ter lido com melhor atenção o que estava escrito na informação de V. Ex.^a. Mas sabe, está aqui o reflexo da minha primeira intervenção, nesta AM. É que se os serviços que V. Ex.^a preside, conseguissem atempadamente e dentro do prazo, possibilitando aos senhores deputados municipais, tempo para ler, tempo para estudar, talvez V. Ex.^a tivesse razão mas, não o faz. Reiteradamente não o faz. Espero que, dentro da sua forma de estar e de domínio dos dossiers, proceda como deve ser para que, cabalmente, todos os deputados tenham tempo para estudar convenientemente e poderem referir sem lapsos aquilo que V. Ex.^a há pouco referiu.”-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Informação semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município** – O PMAM deu a palavra à Dr.^a Ana Filipa Silva da empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados SROC, S.A., que disse: “Eu venho em representação do Dr. Marques de Almeida que não pode estar presente porque teve que se apresentar em Tribunal. Irei fazer uma breve apresentação do relatório semestral a 30 de junho, penso que têm conhecimento do relatório. Nós fizemos uma comparação com os ativos, passivos e fundos próprios em relação a 30 de junho de 2015 e 2014.”-----

----- Em relação ao ativo do Município, este demonstrou um acréscimo em duas rubricas essencialmente, que é outros devedores e credores, devido ao reconhecimento do proveito das transferências que o Município tem e que está espelhado no quadro 19 do Orçamento de Estado. O mesmo acontece com os acréscimos de proveitos, devido a especialização que foi feita, de proveitos como IMI, Derrama, e Participação de IRS.-----

----- Em relação ao passivo, este teve uma diminuição devido à rubrica de fornecedores de imobilizado e fornecedores de conta corrente. As dívidas a médio e longo prazo, tiveram um acréscimo devido à contabilização do FAM, que vocês já têm conhecimento. -----

----- Em relação aos fundos próprios, destacamos só o resultado líquido positivo do ano 2014.-----

----- Em relação à demonstração de resultados, chamamos a atenção para custos com o pessoal e fornecimento de serviços externos que diminuíram face ao período homólogo.-----

----- As transferências e subsídios concedidos, este teve um aumento devido às transferências que foram feitas para as Freguesias e o aumento dos estágios do PEPAL e dos CEI's.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25**

----- A rubrica de impostos e taxas na demonstração de resultados, nota-se uma redução devido à especialização que foi feita em proveitos em 2014, é uma mera contabilização.-----

----- Nas transferências obtidas, teve um grande aumento devido às transferências do Orçamento de Estado, isto é uma mera contabilização, só.-----

----- O Resultado operacional, financeiro e extraordinário denota uma grande melhoria face ao período homólogo.-----

----- Em relação ao endividamento do Município, este diminuiu face à diminuição do passivo.-----

----- Na nossa análise orçamental, a receita teve um aumento e a despesa, nenhuma ficou acima do orçamentado.-----

----- Em relação aos pagamentos em atraso, o Município continua a ter pagamentos em atraso, uma vez que o prazo médio de pagamentos excede os 90 dias.-----

----- Julgo que será tudo da nossa análise do relatório, mantendo-me disponível para qualquer esclarecimento.”-----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Eu nesta altura e perante aquilo que ouvi, houve aí uma frase quando disse que haviam dívidas com pagamentos em atraso. A minha dúvida é se essas dívidas são já deste Executivo ou se são dívidas que se reportam aos Executivos de anos anteriores.” -

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “As minhas questões são muito simples, até para que todos os membros desta Assembleia, inclusivamente eu, fiquem mais elucidados.-----

----- A questão relacionada com os fundos disponíveis tem saldo positivo, seria capaz de nos explicar a que é que se deveu esse facto ou seja, o que é que aconteceu para que, de um momento para o outro os 13.000.000€ negativos com que este Executivo se deparou, o que é que aconteceu para que agora, isso seja um argumento aqui utilizado tantas vezes? De facto é uma gestão tão correta, tão rigorosa que agora já temos fundos disponíveis com sinal positivo.-----

----- O PMAM deu a palavra à Dr.ª Ana Filipa Silva que disse: “Em relação aos pagamentos em atraso, o prazo médio de pagamento a 30/06/2015, era a 109 dias. A dívida que o Município apresenta era do anterior Executivo.-----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Este é a área que eu mais gosto de falar e, portanto vamos lá esclarecer. Pagamentos em atraso na Câmara Municipal deste Executivo – 0€ ou seja, se algum pagamento não está feito é porque as entidades não cumprem os requisitos legais nomeadamente, as certidões de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária. Mais, a dívida que existe é de 2011, 2012 e 2013. Estamos a pagar a menos de 30 dias. Podem verificar tudo o que é contratualizado por este Executivo está a ser pago a 30 dias, ou a menos de 30 dias e, este prazo de 109 dias tem a ver com as dívidas de 2011,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

2012 e 2013, porque efetivamente vão influenciar o cálculo que é matemático e que é informático. Quero dizer também aqui e, isto para esclarecer o membro Ricardo Brites, o cálculo dos fundos disponíveis implica também com um conjunto de compromissos assumidos. Como deve ter percebido ou já devia saber, esses compromissos assumidos no anterior Executivo estão a ser devidamente pagos, ou foram anulados, ou foram executados e pagos e, portanto a razão de ser do grande abaixamento do cálculo desses fundos, ou dos fundos indisponíveis que estão a dar hoje fundos positivos, tem a ver com fórmulas de cálculo, também novas e, porque nós também já saímos da situação de endividamento em que encontramos a Câmara ou seja, permite-nos considerar mais receita para o cálculo dos fundos disponíveis e, eu peço à senhora Auditora que, confirme aquilo que eu estou a dizer e, já de agora, também dar nota que, *in extremis* e, porque só agora tivemos fundos disponíveis, conseguimos obter visto do Tribunal de Contas para a obra do Seixo que herdamos e, de imediato, a partir do momento em que tivemos fundos disponíveis, pagamos 300.000€ de dívida do anterior Executivo e é esta capacidade que eu acho que os senhores deveriam também considerar quando fazem as vossas intervenções.”-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 4. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal do Relatório Semestral sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro 2015** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Não sei se os senhores deputados querem alguma explicação do senhor Auditor Interno, ele está cá. Se não pretenderem, o documento por si só fala até porque vamos repetir novamente as mesmas informações, embora com incidências diferentes.”-----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Quer no ponto 3, quer para já no ponto 4, nos regozijamos com os bons resultados que são aferidos e que constam destes relatórios, quer pelo auditor externo, quer pelo auditor interno. Temos transparência, temos resultados financeiros bons, sem qualquer anomalia, com total clareza e transparência e, por isso não posso deixar de demonstrar a satisfação desta bancada.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: Senhor Presidente, há pouco eu referi assim, como ouvi com toda a atenção esta explanação do rigor financeiro e que mais o que se disse mas, eu volto a afirmar e a repetir o que disse. Não foi tão só o grande esforço financeiro, a grande dedicação, a grande administração mas, foi realmente o pelo do munícipe que teve que suportar este grande esforço financeiro e, por outro lado também, a ausência de investimentos relevantes para o Concelho, que trouxe tão só a esta situação e que aparenta tão só ser uma grande dedicação/execução financeira. Esse esforço financeiro, deve-se a quem? Deve-se ao munícipe. Deve-se a que mais? À grande ausência de investimentos relevantes para o Concelho.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 5. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos**-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 6. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da correção material do Regulamento do PDM publicado na II Série do Diário da República de 11 de setembro de 2015 sob o aviso n.º 10379/2015** -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu quero apenas que o Senhor Presidente nos esclareça o que é que foi corrigido.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: Eu posso esclarecer muito rapidamente. A formatação que foi empregue alterou a disposição do documento que foi publicado no Diário da República. O que está em depósito está correto, aquilo que vem são algumas correções materiais que podem melhor ser explicadas pela Senhora Chefe de Divisão, que ela explica em detalhe, são questões técnicas.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Era só mesmo para confirmar que o que aconteceu foi meramente um problema de publicação em Diário da República que, ao fazer referência num determinado artigo, ou numa determinada alínea, quando se ia verificar não correspondia ao que estava. Devia ser um problema aquando da publicação por isso, da nossa parte, não há qualquer problema relativamente a isto.”-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 7. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal – FAM – Não verificação dos pressupostos estabelecidos no n.º 1, do artigo 25.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, conjugado com o previsto no n.º 3, do artigo 58.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.**-----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: Não é nenhuma dúvida, no fundo é só fazer uma constatação. A informação que estamos agora a ter conhecimento, vem confirmar uma informação que já tinha sido dada neste mesmo órgão, só que agora com uma confirmação oficial e, portanto, não podemos deixar de nos congratular que, graças ao bom desempenho financeiro deste Executivo, ficamos definitivamente fora do FAM, que efetivamente, seria bastante castrador, prejudicial para o Concelho de Montemor-o-Velho. Poderia, inclusive levar a despedimentos numa altura em que o emprego já está numa situação tão má, por isso congratulamo-nos por termos esta notícia definitiva. -----

----- Ninguém duvidou da palavra do Senhor Presidente ou dos Senhores Auditores mas, vir agora esta confirmação, é bom fundamentalmente para o Município de Montemor-o-Velho e para os seus municípios.-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Chegado aqui a este ponto, não posso deixar de referir com alguma satisfação e, aqui referindo um companheiro partidário do Senhor Presidente da Câmara, que ainda ontem referiu, fazendo aqui uma analogia, que a verdade é como o azeite dentro de água, vem sempre ao de cima e, então aqui, não podia deixar de dizer e, depois de tudo o que temos ouvido aqui que, afinal o problema da dívida que foi tão dramático e que quiseram transparecer há cerca de 2 anos atrás, afinal o Município não estava assim tão mau e que, ao fim destes quase dois anos podemos prescindir de não recorrer a este Fundo de Apoio Municipal, porque se calhar as contas, da maneira como estavam feitas, a médio prazo, tudo se pagava. Isto demonstra que todo o alarmismo foi uma pequena manobra artística para se vitimizarem e tentarem justificar o que claramente não tinha qualquer tipo de justificação. -----

----- Podem claramente dizer, como já disseram aqui que isto é fruto de um grande esforço financeiro da Autarquia mas, a verdade é que o esforço financeiro é zero porque e, daquilo que eu tenho conhecimento, que julgo que o Senhor Presidente também sabe, fazer gestão financeira à custa dos outros é muito fácil. Qualquer pessoa é capaz de fazer. Bastar aumentar brutalmente os encargos fiscais dos nossos munícipes, tal como foi feito na água e, já foi aqui referido por outros membros desta Assembleia, que é fácil assim, ir aqui apresentando alguns resultados. Alguns, porque como é lógico, temos que pensar que alguém tem que andar a pagar estas festas e promoções televisivas que têm sido feitas nestes últimos tempos. Portanto, se não há investimento, não há obra, não há nada, aqui reparamos que para além destes resultados como eu referi, que não havia justificação para o alarmismo todo de há dois anos, também é graças aos munícipes que vamos tendo estas promoções televisivas e estas festas porque são as pessoas que estão claramente a pagar este dinheiro e estes encargos fiscais estão a afetar drasticamente o orçamento de cada um deles.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Julgamos que este era daqueles pontos que era escusado vir à Assembleia Municipal, uma vez que na última AM foi aprovado o PAEL, digamos que esta comunicação, quanto a nós, seria até dispensável. Presumo que isto vai ficar bem no Diário As Beiras, Diário de Coimbra amanhã, como mais um triunfo. -----

----- Queríamos aqui referir e perguntar ao Senhor Presidente, porque eu não sei se anteriormente já deu esta informação, em discussão de outros assuntos, como é que está o Visto do Tribunal de Contas relativamente ao PAEL, aprovado na última Assembleia Municipal?” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu costumo por natureza dizer “*prima nom datur, et ultima dispensatur*” e, esta é uma questão que na verdade eu tenho que regredir e dizer que, apesar de todo o esforço financeiro se deve ao munícipe mas, também tenho que reconhecer que houve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

boa gestão. Isto não é entrar em trocadilhos. Nós temos que reconhecer o bem e o mal. Já indicámos como é que surgiram as verbas, já indicámos quem sofreu no pelo esse custo mas, também temos que reconhecer ao Senhor Presidente e ao Executivo que, neste ponto teve um cuidado assaz e teve uma boa gestão. Não é só derrotarmos, temos também de ser conscientes e dignos de estar aqui. Mas, como há pouco ouvi referir o meu antecessor, isto realmente é notícia de página do Diário de Coimbra, do Diário as Beiras mas, eu olho para aqui e já nem vejo a nossa jornalista do Jornal de Montemor porque, contrariamente ao artigo pelo meu movimento escrito, parece que deixou de dar espaço para as minhas intervenções e, realmente eu questiono-me. Há censura no ar. Há duas formas de censura; publicidade paga ou não paga? São essas situações que para essas paragonas e para o Movimento aqui representado pelo Dr. Oliveira e Sousa, tem a voz quartada porque não tem acesso, podia ter, de outra maneira mas, não tenho acesso facilitado para as paragonas que vão aparecer no Diário As Beiras, Diário de Coimbra e é tão só.....

----- Cabe aqui referir aquilo que referi no início, nesse sentido tem sido boa gestão, apesar do sacrifício dos munícipes.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Vou ser muito sucinto, até porque já dei suficientes explicações sobre esta matéria.” -----

----- Não posso deixar de lamentar e de ficar triste, até porque estamos a tratar de um jovem. A intervenção do deputado Francisco, é uma intervenção muito pobre e acintosa porque efetivamente é preciso saber falar sobre esses assuntos financeiros. Quando se diz que andamos a fazer manobras artísticas; quando se diz que andamos a fazer propaganda é preciso perceber do que é que se está a falar e, portanto, eu não me revejo neste tipo de política e, neste tipo de intervenção política porque uma coisa é agarrar nos documentos e contestá-los e debatê-los, outra coisa é fazer de conta que não se vê aquilo que é óbvio e evidente. Este Executivo, eu próprio, sou formado em direito, dei 10 a 0 ao anterior Executivo e ao anterior Presidente de Câmara. 10 a 0 nesta matéria. Eu sei que para si, até por várias razões, é difícil admitir isto. É muito difícil mas, eu não ando aqui com manobras artísticas porque eu dou documentos, eu provo e, quero-lhe dizer que, concordo inteiramente que, aquilo que se está a passar com esta recuperação financeira é muito à custa dos munícipes, não deixam de ter toda a razão mas, não é a mim que me devem imputar as culpas mas sim ao anterior Executivo que deixou esta Câmara Municipal no estado calamitoso em que deixou do ponto de vista financeiro porque, na realidade, não é só anunciar obras. A boa política faz-se com boas contas e com seriedade. Hoje, a Câmara Municipal paga a 30 dias e nós discutimos os preços, esprememos os preços dos fornecedores porque, efetivamente, o podemos fazer. Nós temos bom nome. Hoje, as pessoas até nos criticam porque nós não os convidamos a fornecer serviços e produtos para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

a Câmara Municipal, porque pagamos atempadamente e, isto não foi inventado por mim, não é nenhuma criação artística. Eu lamento que se tratem assuntos tão sérios da forma como foram tratados.-----

----- Em relação à interpelação do membro Ricardo Brites, relativamente ao Visto do Tribunal de Contas ao PAEL e ao Reequilíbrio Financeiro e o Tribunal de Contas, como é hábito também, pediu mais esclarecimentos. Já devolvemos os esclarecimentos e, estamos a aguardar se pedem novos esclarecimentos ou se nos concedem o visto. Este é o ponto de situação.-----

----- Relativamente à questão suscitada pelo deputado Oliveira e Sousa, eu gostaria que quando fizesse esse tipo de acusações da publicidade... eu ainda não vi nenhuma publicidade do Município nesse tal jornal e, portanto, se não há publicidade do Município, também não há pagamentos. Essas insinuações não são elegantes. Todos nós folheamos o jornal e não tem lá nenhuma publicidade do Município. Lamento, mas não vamos por aí e, portanto deve-se queixar à senhora jornalista e à proprietária do jornal porque não tenho nenhuma preferência, nenhum relacionamento especial com a senhora e é essa crítica que faço, porque me parece que não são assuntos para aqui.”-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção de compromisso plurianual – Aquisição de Serviços para o Sistema de RSU do Município de Montemor-o-Velho.**-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação mais por Montemor) que disse: “Eu quero que o Senhor Presidente da Câmara explique o ponto, se faz favor.-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Para poder assumir este compromisso, a Assembleia tem que autorizar, porque efetivamente este contrato está a terminar, temos que trabalhar no novo contrato, têm que autorizar este compromisso. É tão simples. Não há nenhuma explicação suplementar, para além do que consta na documentação.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: Relativamente ao término do contrato que neste momento o Município tem com a ERSUC, a necessidade de abrir um novo concurso para a entrega e recolha dos resíduos sólidos e urbanos, pelo prazo de 10 anos. Obviamente que aqui, nós gostaríamos que, com os valores apresentados na ordem dos 400.000€/ano, no prazo de 10 anos seria qualquer coisa como 4.000.000€. Sendo nós apologistas do serviço público, gostaríamos nós antes, que este Município tivesse, quando se fala, neste avultado montante de dinheiro, que tivesse e caminhasse para a sua própria recolha dos resíduos, através de maquinaria própria e de trabalhadores do Município que fizessem essa recolha, certamente teríamos um melhor serviço de recolha dos resíduos sólidos e até, o próprio Município podia depois fazer um melhor aproveitamento de uma possível revendo dos RSU e o seu Aproveitamento. Como sabemos é um negócio que está a florescer nas mãos dos privados. Essa não é a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

realidade e não é possível concretizar esse que, seria do nosso ponto de vista, a melhor solução, deixamos aqui também que, quem ganha este concurso, que de facto preste um melhor serviço e que o contrato que seja formalizado que traga algumas mais-valias para o Município nomeadamente, na lavagem e desinfeção dos contentores, ter um maior número de registos durante o ano; tentar mais pontos de recolha de lixo, nos ecopontos ou seja, tentar que este novo concurso seja, de facto, uma mais-valia e que seja melhorado relativamente ao anterior.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Na verdade concordo com o Executivo na forma de adquirir estes Serviços de Sistema de Gestão de RSU, porque de outra forma, constituir um serviço autónomo na Câmara, com os milhões de investimento que era necessário, com a entrada de novos funcionários, isso levava-nos a um problema de gestão gravíssimo. De maneira que, senhor Presidente está correto. Só uma questão de fiscalização às vezes na lavagem dos contentores do lixo. Isso é que era importante fiscalizar; que a Câmara procedesse a essa Fiscalização para junto desta empresa reclamar eventualmente dessa sujidade. Quanto a mim, é uma aquisição bem formatada, está correta e deixamos de ter um mega projeto dentro da própria Câmara com os custos inerentes, a difícil gestão desses recursos enfim, outras coisas que a Câmara não está vocacionada para transações de outros produtos.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Chegou a minha hora de elogiar a intervenção do Senhor deputado Oliveira e Sousa. Tirou-me as palavras da boca. Eu gostava muito de poder implementar aquilo que o Ricardo Brites aqui propôs. Estamos em perfeita sintonia, mas tanto eu como ele, como e muito bem disse, sabemos que aquilo em que ele acredita e que nós gostaríamos de implementar, é impossível neste Município por condicionalismos legais. Eu digo impossível, absolutamente impossível, não podemos contratar trabalhadores e é uma situação completamente absurda. -----

----- Eu por acaso gostaria de lançar um novo desafio que era numa nova entidade intermunicipal, criar, no âmbito da água, que se pudesse eventualmente também integrar estes serviços e, por isso o prazo de 10 anos. Porque o anterior era um prazo muito mais alargado e aí, também a justificação para o prazo de 10 anos que nós propomos porque efetivamente, estou como o Ricardo Brites diz e como o deputado Oliveira e Sousa, era bom que isto tivesse nas nossas mãos e que não tivesse à mercê empresariais de mera expectativa de lucro e de números como esses empresários tanto gostam de trabalhar.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25**

----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Autorização genérica para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Isenções e reduções de taxas.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Parece-nos aceitável que para algumas situações e, no caso concreto de taxas até 250€, possa ser o Executivo Municipal a decidir, sem que essa mesma isenção possa ter que vir à Assembleia Municipal, quanto muitas das vezes não seria possível no tempo aprová-la e para que as pessoas, associações ou entidades que a requerem pudessem usufruir dessa mesma isenção atempadamente. Fica, digamos assim, o compromisso que todas essas isenções, posteriormente sejam dadas a conhecer à própria Assembleia Municipal, assim que decorrer a próxima reunião.”-----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu queria apenas perguntar como é que chegaram a este valor?”-----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Não haja dúvidas que o Movimento Independente de Cidadania Por amor a esta Terra, até votaria contra o aqui solicitado mas, dado o preciosismo da fundamentação, quanto a valores, são valores realmente do âmbito que eu acho correto; umas isenções, às vezes são pequenos valores mas são muitos valores e votamos favoravelmente a esta proposta na medida do seguinte: porque realmente o preciosismo e as cautelas do Presidente da Câmara estão aqui espelhadas. Mais se propõe que, em cada sessão ordinária, juntamente com a informação da situação financeira, o Presidente da Câmara, apense listagem das isenções. Está correto por uma questão de fiscalização da própria Assembleia. Cheques em branco, não gosto de dar a ninguém, sendo assim, nós vamos votar a favor.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Só responder à questão da deputada Cristina Jorge, o valor foi sugerido pelos Serviços após uma análise daquelas taxas que são habituais e normais no dia-a-dia da Câmara e, eu quero dar nota que despacho todos os dias taxas destas, porque em todos os fins de semana há eventos festivos, desportivos, de toda a natureza e que era incomportável coartar o direito dessas pessoas a promover os seus eventos e a ter as suas licenças e, também da tal isenção de taxas que normalmente é atribuída e que é uma prática do passado e, não tem qualquer sentido não perpetuar ou não manter a mesma filosofia.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25**

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão Orçamental ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) – Ano 2015.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	Abstenção-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar no ano 2016 relativamente ao ano 2015** – O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Miguel Felgueiras que disse: “Relativamente à questão que o Senhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

Deputado Ricardo Brites colocou sobre a questão do agendamento dos pontos, ele falou no IMI, mas podemos falar sobre eles. Há aqui uma dúvida mas, eu penso que será uma questão de português. Tivemos oportunidade, enquanto decorria esta Assembleia de nos dirigirmos ao Serviço de Finanças e, consultámos também a auditora que esteve presente e, do ponto de vista formal os pontos estão agendados, isto quer dizer o seguinte: se calhar poderíamos só ter posto ponto – aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Taxa de IMI para 2016 e não tinha criado esta dúvida. Efetivamente, a taxa que vamos deliberar aqui do IMI, é a taxa que irá incidir sobre os valores patrimoniais do ano 2015, isto porquê? Nós temos que comunicar o IMI às finanças até 30 de novembro. Isto porquê? Entre 30 de novembro e até ao final do ano, vão projetar a taxa que nós vamos decidir aqui ou seja, os munícipes em fevereiro, estarão a pagar IMI em 2016 mas, sobre a taxa que estamos a deliberar neste momento. E essa taxa vai incidir sobre o quê? Obviamente, sobre os valores que eles têm a 31 de dezembro de 2015. Portanto, eu confirmei isto, está bem agendado. Porventura, o português poderá levar a alguma confusão mas, efetivamente é assim que se trata, eu não posso dizer mais do que isto, porque realmente tive o cuidado de me dirigir às Finanças, temos a opinião favorável da nossa auditora, portanto, o ponto estará bem agendado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Estamos aqui na discussão de taxas e, contrariamente à taxa que nos é apresentada pelo Executivo para aprovação, este montante não cria incentivos à fixação das pessoas, o pressuposto é o inverso. -----

----- Por outro lado, numa época em que se fez a atualização dos valores patrimoniais, a fixação de 40% corresponde a um duro custo financeiro nas famílias, tendo em atenção o desemprego ou o subemprego que existe, as condições das crianças. Isto realmente é muito violento. Desta forma se compreende a tal apregoada boa gestão financeira do Executivo a que preside V. Ex.^a. À custa do bolso dos munícipes. É esta a questão, que é mais a desertificação do Concelho. Que pessoas com algum lema não põem aqui os pés. Para quê? Para pagar mais impostos? Então vou ali para Cantanhede, vou ali para a Figueira ou vou para Coimbra, que é melhor. É isto que nos vai acontecendo com este esforço financeiro que estamos a viver.” --

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação mais por Montemor) que disse: “Peço que transmita uma nota de rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia e desejo de que ele volte rapidamente e em boa saúde. -----

----- Sobre o ponto que nos ocupa, esta bancada tem algumas considerações a fazer que julga pertinentes sobre esta matéria. -----

----- Em primeiro lugar dizer que a obrigação deste município dentro das suas atribuições é proporcionar aos seus munícipes melhores condições de vida, melhores acessos, melhores serviços mas, principalmente que este trabalhe em prol da criação de um concelho atrativo para a fixação de população.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

Para esse efeito, o pagamento de impostos como o IMI, tem muita importância para qualquer família nos tempos em que vivemos. Tendo em conta que o IMI é uma das principais fontes de financiamento dos investimentos autárquicos para este Município e, na ótica da receita, esta tem subido nos últimos anos de forma abismal, basta olharmos para os números referentes ao ano 2012, em comparação com o ano 2015, é um aumento de receita de mais de um milhão de euros, deduzindo-se este aumento crescente nos últimos anos. Contudo, não podemos olhar para os números numa lógica de obtenção de receitas apenas, mas sim cumprir a missão deste Município, que é estar ao serviço dos seus munícipes. As famílias do nosso Concelho precisam e merecem ter incentivos para que tenham níveis mais elevados de qualidade de vida e, estes incentivos, não podem ser apenas feitos através de festas e romarias que, também são importantes mas, nem só de festas vivem os munícipes. Precisam sim de atos que tenham um verdadeiro impacto; um impacto direto na gestão financeira diária de cada família. -----

----- Os concelhos limítrofes como Coimbra e Cantanhede estão a aplicar taxas de IMI aos prédios urbanos inferiores a esta proposta do Executivo camarário e, neste sentido, achamos que esta proposta poderia ter sido mais audaz no que diz respeito aos prédios urbanos, passando para a taxa de 0,35% pois, em termos financeiros para o Município, não seria uma redução abrupta na receita e, com certeza que as nossas famílias ficariam bem mais contentes. Na verdade, elas pensam, do que lhes vale pagar tantas taxas e tantos impostos, se não conseguem vislumbrar quais são as apostas de investimento deste Município. ----

----- Poderia este Executivo ter em atenção estas questões e aliviar de alguma maneira, a carga financeira das famílias. -----

----- Uma nota também que muito se tem falado e, muito se fala e já se falou nesta Assembleia do passado. Poderemos também dizer e fazer menção que, no passado, nos anteriores mandatos, a opinião do Senhor Presidente de Câmara era diferente sobre esta matéria, pois travava sempre as suas opiniões pelo sentido oposto do qual apresenta esta proposta mas, na verdade, esta e muitas outras são opções políticas deste Executivo que dão pouca atenção às grandes dificuldades dos nossos munícipes.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Para a CDU, relativamente às taxas de IMI, aquilo que nos parecia ser mais equitativo, seria uma distribuição da redução desta taxa por todos os habitantes deste Concelho. Pelos números que nos são apresentados, mantendo a taxa de 0,4% e, aplicando o demagógico pacote de família que o nosso Governo e esperamos muito que por pouco tempo, aprovou e que impingiu e que atirou para que as Câmaras Municipais o pudessem usar da forma mais demagógica possível, enquanto incentiva a natalidade como neste momento com as contas que fizemos de menos 31 €, que cada uma destas famílias irá pagar em 2017, de redução de IMI pudesse aumentar a natalidade no nosso Concelho e, no nosso país. É inadmissível que, argumentos como este, sejam utilizados

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

para incentivar a natalidade. A proposta que a CDU apresentou na reunião do Executivo, permitiria que todas as famílias, todos os cidadãos deste Concelho, tivessem uma redução por igual independentemente do n.º de filhos e dos seus rendimentos. Lendo o que é apresentado no relatório que nos chegou, analisando o quadro supra e, tendo em consideração o montante total de IMI arrecadado em 2014 e previsto arrecadar em 2015, verifica-se que o impacto que esta medida trás ao nível da receita do Município, será meramente residual, com um peso na receita do IMI na ordem dos 2,77. Pois bem, senhor Presidente, se esta medida tem uma diminuição meramente residual, porque não aceitar e, dar a todas as famílias do nosso Concelho uma redução efetiva da taxa de IMI? O nosso Concelho, ao longo destes últimos anos e, tudo indica que, no final deste ano terá uma receita de IMI a rondar os 3.000.000€, não podia e, não pode ficar sem uma solução melhor para todas as famílias. Não podemos aceitar que se mantenha esta taxa, em substituição da nossa proposta. -----

----- Uma vez que não podemos aqui propor, a não ser que seja chumbado, também infelizmente não é possível, daremos o braço a torcer porque mesmo assim, ainda cerca de 30% das famílias poderão diminuir o valor do seu IMI embora, voltamos aqui a repetir que, é da forma mais demagógica possível. Por isso nós, neste ponto, iremo-nos abster porque, não conseguindo que fosse aprovado aquilo que nós pretendíamos, temos aqui uma minoração dos valores a pagar pelo IMI de uma parte das famílias do nosso Concelho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Referir só dois ou três aspetos. Um é que a taxa de 0,4% não é a taxa máxima, não é ideal, não era seguramente aquela que eu gostaria de ter de pagar que pago impostos e pago IMI neste Concelho. Claro que me daria muito mais jeito, se a taxa pudesse ser diminuída mas, a verdade é que temos que ser responsáveis e, temos que ser responsáveis enquanto governantes, enquanto detentores de cargos públicos e, face à situação financeira que nós temos quer no país, quer no Município, temos de ver se é possível ou não diminuir esta taxa. O Executivo, O Senhor Presidente da Câmara chegou à conclusão que não era possível. Então o que é que faz? Faz aquilo que é possível. Que é colocar o novo incentivo de ajuda às famílias. Não vamos efetivamente, acho eu, aumentar a natalidade mas, minora o prejuízo que é feito. -----

----- Relembrando também que o valor do IMI tem vindo a aumentar e não é pelo aumento da taxa, o que já foi até dito nesta Assembleia Municipal. Não foi o Executivo que aumentou. O que aumentou foi o valor dos imóveis mas isso, é fruto da avaliação que foi feita pelo Governo Central. Não foi a Câmara que fez a avaliação dos imóveis. -----

----- Eu até poderia invocar o Dr. Paulo Portas ou o Dr. Passos Coelho, que quando levantam o tapete é que veem o que é que lá está por baixo e, não vale a pena dizer que não podemos falar do passado porque pretendíamos não falar mas, não há ninguém que não fale tanto e, que aliás não fale de outra coisa do que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

os líderes da vossa bancada e do vosso partido.-----

----- Sabendo e, depois de estarmos cá dentro efetivamente, sabendo a realidade financeira do Município, nesta altura era impossível para o Município conseguirmos continuar o saneamento financeiro e a boa gestão financeira que estamos a conseguir, cortando nas receitas que estamos a ter. Só iríamos ficar pior, pelo que, temos de manter a taxa que aliás já vem de há vários anos atrás e repito, não é a máxima.”--

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu nem estava a pensar fazer intervenção mas, vou fazer intervenção porque ali a deputada Maria João fez uma referência específica à minha pessoa, porque eu no passado dizia que o IMI devia baixar. Eu continuo a pensar o mesmo, senhora deputada, absolutamente o mesmo. Aliás, comungo absolutamente da opinião de todos. E continuo a achar que o IMI é pesado no Município de Montemor-o-Velho. Agora, o que eu também dizia no passado não era ouvido e, eu não vejo a Senhora deputada, nem os seus colegas de bancada a referirem-se àquilo que eu me referia também: Nós estamos a caminhar para o abismo; nós estamos a caminhar para comprometermos o Município nos próximos 20 anos, nos próximos 15 anos e, ninguém ouvia e, ninguém cita essas minhas palavras. Isto para dizer o quê? Está em curso um Visto de um processo de PAEL e de Reequilíbrio Financeiro e, eu já disse na reunião de Câmara que nós devemos ter alguma contenção nisto. Mesmo esta história do IMI Familiar que é uma redução pouco significativa da receita, pode dar origem a que o Senhor Dr. Juiz que está para tomar a decisão diga assim, o IMI de Montemor, tem que estar no máximo e, ele fá-lo e nós temos que acatar. Aliás, eu tenho dito que nós andamos a levantar uma lebre que não devíamos levantar, mas fica aqui gravado, eu não tenho problemas nenhuns em dizer isto.-----

----- Outra questão que eu vos queria chamar a atenção. Vocês falam no aumento brutal das receitas de impostos, efetivamente, há um aumento dos imposto mas, eu gostaria de vos lembrar e, isto não é lembrar o passado. É que o saneamento financeiro de 2009, não está a ser pago e se nós tivéssemos a pagar o serviço da dívida desse instrumento, que nunca foi levado a sério pelo anterior Executivo, não haviam receitas ou seja, mesmo com um afluxo maior de impostos às finanças municipais nós não conseguimos pagar esse serviço da dívida e, quero lembrar-vos a todos que, quando for dado o visto do Tribunal de Contas, vamos passar a pagar um empréstimo durante 20 anos e, eu sinceramente estou preocupado se vamos ter folga orçamental ou de receita, para pagar atempadamente o Serviço da dívida e, resolver todos os problemas que nós herdamos aqui neste Concelho. Eu já disse várias vezes, que não é só a questão financeira que nos preocupa e, isto não é nenhuma criação artística, é toda a falta de operacionalidade dos Serviços; todo o desinvestimento global que foi feito nas infraestruturas municipais, na rede viária, na rede de águas que são investimentos extremamente avultados e, por incrível que pareça nomeadamente, na rede viária vão deixar de ser financiados neste quadro comunitário – Portugal 2020 e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

aquilo que lamentamos é que enquanto pudemos recuperar a nossa rede viária não tivéssemos feito esse investimento e, portanto eu, sinceramente temo e, estou a ser honestíssimo e sério nesta afirmação que estou a fazer, não é nenhuma criação artística. Quando tivermos que pagar todas as nossas obrigações, este aumento de receita seja exíguo para fazer tudo o que temos que fazer em prol dos munícipes. Também concordo que há falta de investimento porque infelizmente aquilo que herdamos não permite fazer investimento como nós queríamos, sendo certo que, eu estou convicto que pequenos investimentos que são importantes de se fazer às pessoas, nós vamos conseguir fazer ainda neste mandato. Mas eu já disse aqui que, aquilo que foi feito no passado, foi muito mau porque hipotecamos o futuro e hipotecamos a gestão não só deste Executivo mas, dos futuros executivos durante 20 anos e é essa tomada de consciência que, alguns desta sala deviam tomar de uma vez por todas. Nós não estamos a nadar em dinheiro; nós não estamos com folga financeira. É bom que se perceba.-----

----- Eu, por exemplo, neste preciso momento ando a contar os tostões para manter os fundos disponíveis, porque efetivamente eles começam num milhão mas, no final eles diminuem porque a folga não é muita. Porque o normal andamento das operações que nós levamos a cabo fazem com que isso aconteça. É evidente que este mês houve uma situação que tivemos que compromissar, a obra do Seixo e que levou logo todos os fundos disponíveis abaixo e, mais uma vez é este Executivo que está a pagar efetivamente, podem falar nas festas, podem falar naquilo que quiserem. Este Executivo paga as operações que faz, paga os eventos que promove, dentro dos prazos e com contenção sempre e, por isso já disse, é completamente irrealista pensar que podemos reduzir a taxa de IMI, IRS e todos os outros impostos.-----

----- Já agora, dizer uma coisa que me parece muito importante. Nós não mexemos nestas taxas deliberadamente e nunca se esqueçam daquilo que eu disse e volto a sublinhar. Nós temos um processo de visto em curso e, estas coisas podem-se pagar caro.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu queria apenas dizer o sentido de voto da bancada, porque é que iríamos votar assim. Naturalmente que iremos votar contra de acordo com as questões elencadas pela deputada municipal Maria João Sobreiro e vou ter que dizer aqui duas ou três coisas. -----

----- A questão, de facto em dois anos, não podemos deixar de verificar e, os números assim apontam de que, a dívida diminuiu mas, a dívida é exatamente para pagar, é como na vida de qualquer um de nós. Quando as pessoas fazem grandes investimentos, têm grandes dívidas têm que as pagar ao longo da vida e aqui, nos Municípios, acontece exatamente a mesma coisa. Tal como no passado, os anteriores Executivos pagaram as dívidas dos anteriores, é natural que, neste caso, tendo-se feito a obra que se fez, que também tenha que se pagar a dívida e não vale a pena continuarmos a debater isto porque a dívida é uma realidade,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

é um facto tem que se resolver. Continuamos a esgrimir argumentos, a falar do passado, a atirar para trás, a atirar para a frente e, realmente, neste momento não é isso que nos interessa. Nós somos a bancada da oposição. Nós estamos aqui para avaliar a prestação do Senhor Presidente da Câmara e do seu Executivo. É essa matéria que nos interessa, para isso é que nós somos eleitos e, portanto, temos toda a legitimidade para tecer as considerações que bem entendermos, as opiniões que bem entendermos porque nós somos livres, estamos numa casa de liberdade e, não vamos estar condicionados porque queremos dizer aquilo que muito bem entendermos e que isto fique muito claro e que seja muito transparente para todos. Não nos vamos inibir de dizermos aquilo que entendermos. -----

----- Quero ainda dizer que o passado é para respeitar, eu já disse isto nesta casa, volto a dizer, independentemente dos Executivos que passaram ao longo dos anos, após o 25 de abril, nesta casa, devemos respeitá-los a todos porque todos, certamente, quiseram deixar a sua marca, quiseram fazer o seu melhor. Se por vezes não o conseguiram, foi porque não conseguiram mesmo. Portanto, vamos respeitar, seja qual for a cor, seja qual for a ideologia, seja quais foram as pessoas que passaram nesta casa. Para mim, são pessoas para respeitar a sua obra também.-----

----- Não podia deixar de lhe dizer, para terminar que o Senhor Presidente da Câmara inclusivamente, numa destas reuniões de Assembleia Municipal disse, e há-de estar aí numa ata que não sei precisar, “a dívida paga-se”, e estas são palavras do Senhor Presidente. Tem que haver contenção sim senhora mas, também tem que haver sensibilidade do Executivo para ouvir as propostas da oposição, para estar atento às nossas recomendações, porque senão não estamos aqui a fazer nada, então vamos todos embora. Os senhores ficam só com a vossa bancada e nós vamos embora. Se a nossa prestação não serve para aqui para nada; se aquilo que nós dizemos é sistematicamente desvalorizado e humilhado ao ponto de termos sempre presente o passado porque no passado só se fizeram disparates, basicamente é isso, o Senhor continua a afirmar isso mas, não sei porque é que continua a aproveitar as obras que foram feitas no passado, a visitar as obras que foram feitas no passado, então o Senhor não vá, deixe de cuidar das coisas. Se o Senhor acha que realmente é essa a filosofia, a forma de estar de um Presidente que foi eleito pelos munícipes deste Concelho, se é essa a forma de estar, pois então, eu lamento Senhor Presidente, porque realmente, se calhar não foi para isso que os munícipes o elegeram. Os munícipes elegeram-no para ter um Presidente que cuide do que está, da sua herança, pesada, leve, seja qual for; o Senhor está eleito para cuidar desta herança e, portanto esse é o seu compromisso com esta população, é isso que o senhor deve continuar a fazer. Agora, também há uma grande verdade, é que ao longo destes anos, eu não vi qualquer estratégia, eu não vi qualquer obra em cima da mesa, eu não vi rigorosamente nada, é natural que haja dinheiro, com certeza. O Senhor faça as contas, se durante estes 20 anos, o Senhor arrecadar um milhão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

por ano, daqui a 20 anos estão os 20 milhões pagos, é evidente. É assim, é a lei natural da vida, foram as opções que foram tomadas no passado, agora o Senhor tem é que parar de uma vez por todas de continuar a falar no passado. É como lhe digo, o passado é para respeitar. É assim que todos nós temos que fazer e, tem que haver humildade política exatamente para isso.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “O Senhor Presidente foi bem claro, não desceu a taxa de IMI, porque não quis, foi isso que acabou de dizer há bocado. Também queria aqui dizer que a diminuição para os 0,35, não é a diminuição da receita, é a diminuição do aumento da receita, porque os 0,35 não iam diminuir a receita do IMI. Iam diminuir em cerca de 300.000,00€ o aumento que este Município está a receber que são cerca de 3.000.000,00€. Agora, Senhor Presidente, não me diga que até 2017, não arranjava encaixe suficiente de cerca de 300.000,00€, para permitir que as famílias deste Concelho, tivessem uma diminuição real e efetiva da sua taxa de IMI sobre o património que têm? Não me diga que não é possível arranjar 300.000,00? É possível arranjar tanto dinheiro para tanta coisa e não é possível, neste momento, permitir esse desafogamento às famílias do Concelho de Montemor-o-Velho.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Vou começar a falar e, depois não me acusem de falar nas costas das pessoas, porque não era essa a minha intenção, nem vontade.-----

----- Em resposta ao Senhor deputado Ricardo Brites, permita-me a correção, a taxa de IMI não desceu porque o Senhor Presidente não quis, é falso. Eu disse é que não posso; não tenho condições para...; não me é permitido que o faça. Aliás, veio aí um documento do FAM e toda a gente menosprezou a informação, que não era precisa. Eu por acaso gostaria de transmitir, não vou identificar, o lamento e o pesar de um colega meu, Presidente de Câmara desta CIM-RC, que não lhe é permitido aplicar a tal mísera taxa familiar do IMI porque integrou o FAM. O FAM não deixa e, quando aquele documento vem à Assembleia, aquele documento devia ser motivo também de alegria e de satisfação das pessoas.-----

----- Dr.^a Cristina Jorge, pode elevar a voz porque não ganha mais razão por isso e, vou-lhe dar outra nota, da mesma forma que tem a liberdade de dizer aquilo que pensa e aquilo que quer, eu quero continuar a ter a minha liberdade de dizer aquilo que penso e aquilo que quero e quero ter a minha liberdade de falar no passado para me defender de alguma habilidade política e de alguma política, que não é muito consciente, que também é feita e, por isso mesmo, por mais que lhe doa, por mais que não goste eu vou continuar a ser livre e a falar daquilo que eu quero falar.-----

----- Também lhe vou dar outra nota, também vou continuar a dizer aquilo que fazemos bem neste Executivo, também vou assumir aquilo que fazemos mal, quando tiver que assumir agora, nunca vai calar a minha boca.-----

----- Mais importante do que isso é que as pessoas têm memória e a minha memória é boa e, por isso,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

faça os discursos que fizer, eu nunca tirarei a sua liberdade porque a aprecio, gosto muito que fale e, já de agora, sempre que falar, eu irei falar do passado, irei lembrar-lhe do passado, mesmo que continue a gritar comigo, mesmo que continue a não gostar daquilo que eu faço.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu quero apenas dizer ao Senhor Presidente que, felizmente ou infelizmente eu tenho uma tonalidade de voz um bocadinho grossa portanto, é natural que no aumento do microfone saia um bocadinho mais alto. Eu não estou a ralar com o Senhor, efetivamente é a minha forma de falar e, há coisas que mexem com a minha pessoa e, portanto, não posso deixar de fazer um discurso com a entoação que eu bem entender. -----

----- Realmente é verdade, o Senhor tem toda a liberdade para falar, assim como eu. O senhor teve toda a liberdade para falar do passado, teve toda a liberdade para aprovar ou não aprovar coisas no passado e, continua a ter essa liberdade de fazer o que bem quer porque o Senhor é que governa esta casa mas, eu também tenho toda a liberdade de falar sobre o passado e dizer o que o Senhor à época aprovava e concordava e de falar agora no presente, portanto estamos exatamente no mesmo barco. Não queira é dar a entender que nós não lemos a documentação, ou que não sabemos ou que nos inibimos de alguma forma de falar, porque isso nunca vai acontecer. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Contra-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Contra-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	Contra-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Contra-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	Abstenção-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Contra-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Contra-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- O PMAM declarou os trabalhos suspensos por um período de 1 hora. -----

----- Os trabalhos foram retomados quando eram 14h45m. -----

----- **Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Derrama a lançar no ano de 2016 relativamente ao exercício 2015** -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu queria fazer uma consideração. Não tem muito a ver com este assunto mas como temos lidado uns com os outros nos últimos tempos ou seja, isto é uma consideração política de quem tem uma ideologia apolítica. Não penso muito na questão partidária, penso na questão de executar serviços e pensar no futuro e pensar no que é que vamos fazer. Vou-me dirigir diretamente ao Senhor Presidente de Câmara que, de certeza nos últimos quatro anos, não gostou de ver quem está no Governo a falar, culpabilizar o que se passou nos Governos anteriores. Assim, como tenho a certeza absoluta que, nós aqui também não achamos e não queremos difundir muitas vezes aquilo que muitas vezes, a maior parte de nós não o fez, alguns de nós colaboramos, como o Senhor Presidente de Câmara também colaborou. Acho que deve raciocinar sobre os problemas, não pelo passado mas, pela solução. Não pensar no problema mas na solução do mesmo. -----

----- Pegando na situação que nos traz aqui referente ao ponto 12, que é relativamente à Derrama, eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

gostaria de pegar numas palavras que o Senhor Presidente de Câmara há pouco utilizou ou seja, hipotecar o futuro. Certo? Parece-me a mim que acusou de despesista alguns investimentos que foram feitos nos últimos mandatos e que esses hipotecaram o futuro. Eu sou capaz de concordar em alguns pontos com o Senhor Presidente de Câmara, no entanto, parece-me a mim que concorde-se ou goste-se ou não, tendo em conta que, isto pode parecer estranho, ainda estamos em crise, pelo menos é assim que é apregoadado ainda, a economia começa a crescer e os indicadores são presentes. Tenho aqui uma agência Lusa a dizer que entre janeiro e junho deste ano nasceram 21.129 empresas e pode-se dizer assim: mas fecharam 50.000. Mentira. O cabeçalho da notícia é por cada empresa que fechou, nasceram 2,5 no primeiro semestre de 2015 e, nestas 2,5 temos as 21.129. O que é que isso quer dizer? Há novas empresas. As novas empresas estão a aparecer e querem-se fixar e, querem procurar sítios para se fixar. Parece-me a mim que se se disponibilizassem fórmulas de baixar a carga fiscal dessas empresas; se houvesse uma ferramenta para tentar chamá-las para cá. Eu identifico duas: a primeira, a meu ver, é baixar a taxa de derrama, eu posso fazer as contas. Há pouco, o camarada Ricardo Brites disse: Será que não se arranjam 300.000€ para pagar na questão do IMI? Eu agora pergunto: Será que não se arranjam cerca de 120.000€ para cobrir esta despesa. Era uma despesa que iria trazer alguma saúde às empresas que já estão estabilizadas e iria chamar novas empresas para cá. Eu também sei que, tanto no Parque de Negócios, como no PLIA, há uma hipótese de haver um incentivo às empresas que querem comprar os terrenos. Eu sei que há esse incentivo, não sei se vai até aos 70%, penso que é mais ou menos dentro desses valores. Não seria útil para além de não cobrar a derrama, chamar, publicitar esse incentivo às empresas que viessem para cá. Olhem, venham para cá, nós não cobramos derrama; olhem, venham para cá, nós damos um incentivo a que vocês se estabeleçam aqui, a que vocês criem postos de trabalho, para que as pessoas venham para cá, para que as pessoas paguem IMI e IRS cá. Isso iria acontecer, para além de criar postos de trabalho às pessoas que já cá estão, que também têm uma grande taxa de desemprego jovem e, se calhar essas pessoas também precisavam do seu emprego e, se se estabelecessem cá essas tais 21.129 empresas que referi há pouco, claro que não se vão estabelecer todas, isso é uma pena, dava imenso jeito mas, provavelmente na conta valor residual já era um acréscimo. Eu compreendo que o Senhor, já sei, já o ouvi dizer várias vezes, que herdou uma herança muito pesada, já sabemos isso. Já sei que tem uma casa ao banco para pagar, em termos de uma prestação que vai ter que pagar, que lhe foi deixada por alguém. Já sei que tem essas coisas todas para pagar e, que esses cerca de 120.000€ vão ser um fator decisivo mas, temos que ser realistas numa situação. Aumenta-se a água porque tem que ser o aumento da água; não se aumenta a taxa IMI mas, quando existe um aumento do valor recebido no IMI, podia-se reduzir de forma residual, diminuindo o valor; o IRS é a mesma coisa; vamos novamente carregar nas empresas que estão aqui sozinhas que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

para ver se elas se vão embora, o mais rápido possível, parece-me. Em vez de tentar guardá-las cá e trazer mais para cá. Talvez este fosse um investimento ou olhava este valor como sendo um investimento para o futuro. Esta é a minha opinião. Poderia pegar neste valor e investi-lo, tentar captar novas empresas para cá porque, ao contrário daquilo que também se quer por aí dizer, a economia de alguma forma começa a dar algumas notas de resiliência porque o tecido empresarial português é forte e é um tecido empresarial que não desiste às primeiras e, por causa disso, talvez se devesse apoiar as instituições a virem para cá.”-----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta terra, tem entendimento próprio do que o meu antecessor disse e não estar supostamente sujeito a encomendas partidárias.-----

----- Eu creio que qualquer Presidente da Câmara tem um entendimento e tem uma noção para fazer melhor. Há uns que pensão fazer melhor e não têm uma gestão assertiva; há outros que têm uma gestão assertiva e, não têm fundos.-----

----- Eu creio que o Presidente da Câmara referiu e refere é que foram feitos outrora investimentos sem suporte financeiro. Ora, por mais que se queira fazer melhor mas, sem ter em conta o justo suporte financeiro, é realmente caminharmos para o abismo e, é esse abismo em que estamos hoje. É óbvio que temos que pagar; É óbvio que temos as taxas mais elevadas; É óbvio que somos um Concelho rural. O que nos traz aqui não é um governo da nação, não é o Governo anterior nem o atual. O que nos traz aqui é o Governo Camarário, que é aquele onde estamos inseridos e vivemos dia a dia e é nesse que nos temos que situar e criticar ou não ou a trazer para a boa gestão da Câmara factos apelativos que possam ajudar ou em alguns sítios onde se vê menos, poder-se-á abrir os olhos, em situações de facto que estão e, vão continuar a estar muito debilitadas e é só esse princípio que o Senhor Presidente da Câmara atual disse que muitos investimentos foram feitos sem suporte financeiro, ele não foi contra eles e, aliás, hoje estamos aqui a pugnar para que essas mesmas dívidas sejam pagas, com alguma suavidade porque o Governo da Nação também o está a fazer com suavidade e, repare também que o Governo da Nação apesar de subir os impostos que tanto nós sofremos, eu pago e pago bem impostos e, repare, os benefícios do pagamento dos impostos elevadíssimos são zero que aquilo que tínhamos anteriormente. Hoje, o nosso Concelho pelas dificuldades de inserção em Coimbra e Figueira da Foz, tem efetivamente as suas dificuldades. Muito embora pretendemos ser um Concelho mais urbano mas não. Nós temos o estigma e seremos sempre um Concelho Rural. É um Concelho de trabalho, alguns já perderam o vício do trabalho mas, somos um Concelho que precisa de empreendedorismo, ao nível da Agricultura, a nível Turístico mas, para isso têm que se criar condições, com boa gestão, penso eu que está a ser feito, e para dar um pouco de esperança e dignidade às pessoas do Concelho é isso que pugna o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

esta Terra.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Apenas aqui referir que, uma vez que está enquadrado nesta proposta e, no seguimento que tem a nossa posição em anos anteriores, está assegurada uma isenção de 100% para empresas sujeitas a um volume de negócios por ano, no valor inferior a 150.000€, que ficarão isentas desta taxa e, uma vez que está assegurado e nós acreditamos que sim, que os valores provenientes desta taxa, serão aplicados em investimento relacionado com o investimento e atração de novas empresas para o Concelho, não temos aqui nada a opor à taxa de 1,5%.” --

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Por lapso não formei uma pergunta muito cara ao Senhor Presidente da Câmara e isso vou questionar o Senhor Presidente da Câmara. Desde que tomou posse, quantas empresas se instalaram no Concelho? E quantos postos de trabalho foram criados? Com a manutenção deste imposto, acha que a situação vai melhorar, Senhor Presidente?”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em primeiro lugar, pronunciar-me sobre a intervenção do deputado Luís Madaleno que veio efetivamente inspirado do almoço, espero que almoce sempre bem, dessa forma. É para lhe dizer que, agradeço os seus bons conselhos, conselhos supostamente amigáveis, de amigo mas, infelizmente eu não posso seguir os conselhos. Sabe porquê? Porque eu estou absolutamente de acordo consigo. Eu gostava de isentar a derrama, gostava de ter os impostos nos mínimos, gostava de ser concorrencial com os outros Concelhos, não fosse a gestão ruínosa, louca, tresloucada do anterior Executivo que nos conduziu a este ponto de ter um PAEL e um Reequilíbrio Financeiro, eu vou sempre repetir isto, quer queiram, quer não, doa a quem doer, porque se não tivéssemos o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro ou quiçá, se não nos tivéssemos livrado do FAM, nós podíamos estar aqui a discutir o valor da taxa. Portanto, Luís Madaleno eu acho que devia ter aparecido mais cedo nessa bancada, para dar desses bons conselhos ao anterior Presidente da Câmara.”-----

----- Lamento mas, a sua opinião é uma boa opinião, eu concordo com ela mas é totalmente demagógica irrealista, totalmente irracional nos tempos que correm e na situação em que estamos. Porque, nós não podemos baixar estas taxas, o IMI ainda pode ficar em 4% porque foi contratualizado assim no documento do PAEL e, portanto nós não podemos mexer nestas taxas. Resposta dada e, se quer que eu lhe repita: tudo por causa daquilo que aconteceu no passado, o tal passado que não quer que eu lhe repita. -----

----- Quanto à questão das empresas, não tenho o conhecimento exato de quantas empresas se formam e se dissolvem em Montemor-o-Velho, provavelmente quer que eu me refira ao Parque de Negócios porque Microempresas existem muitas, elas nascem e morrem ao longo do ano como sabe, é Jurista como eu. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- No Parque de Negócios, quando eu cheguei a esta Câmara, havia em laboração uma única empresa que é a Forjarte, as outras estavam em situação de insolvência e uma delas tinha deslocalizado ou tinha entrado também em situação de insolvência. Esta é a realidade. Toda a gente sabe. Este é um facto incontestável objetivo. -----

----- Em relação à Cofanor, entrei em negociações com uma empresa que me contactou, conseguimos chegar a acordo com eles, fui mediador de uma situação que levou a que uma empresa de Coimbra deslocalizasse e se viesse instalar em Montemor-o-Velho, nas instalações da Cofanor. Há a criação de 3 ou 4 postos de trabalho porque é uma deslocalização. -----

----- Está neste momento a ser concluída uma obra de alguém que, no passado foi vítima de todos os atropelos, que é a MAHOR, que é uma empresa que se instalou em Montemor-o-Velho, está a concluir a obra e que vai abrir brevemente, é uma empresa do Concelho e, estão em perspetiva mais duas. -----

----- Não se instalaram mais porque o quadro comunitário 2020 ainda não está aberto, ou seja ainda não está com suficiente maturidade ou com projetos suficientemente maduros e interessantes para que as empresas arranquem porque intenções há muitas. -----

----- Como devem perceber, aquilo que aconteceu no nosso Parque de Negócios foi algo que foi castrador, foi um investimento brutal que ali se fez e, cujo regulamento e um conjunto de regras que aquilo tinha, não permitiam que empresários locais e empresários de fora, ali pudessem instalar as suas empresas. Tudo isso, até com a vossa ajuda porque teve a votação unânime aqui, os deputados municipais foram sensíveis e nós alteramos os regulamentos. Hoje, vem aqui mais uma alteração e que tem a ver com coisas verdadeiramente sem sentido que existiam no passado. As pessoas constroem e não podem pôr uma pala para se protegerem da chuva à entrada da empresa portanto, coisas absolutamente ridículas para não falar das hipotecas que não se podiam fazer e todo um conjunto de coisas que não faziam sentido e que, aqui se mantiveram no passado recente. É evidente que isso tem um preço pesado e, nós pagamos uma fatura pesada por isso. Porque na realidade, Montemor não ganhou boa fama, Montemor não era suficiente atrativo e, portanto nós temos que recuperar essa imagem positiva e, a Feira, as Festas Concelhias, com uma exposição agrícola, deram-nos aqui bons contactos e as pessoas estão interessadas novamente, começaram a olhar novamente para Montemor-o-Velho e começam a olhar. É evidente que vai levar tempo. Não é com uma varinha de condão, uma varinha mágica que se consegue resolver o problema. -----

----- Eu também gostava que pudéssemos ser mais flexíveis na taxa de derrama mas, não podemos baixar.” -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Oh Senhor Presidente de Câmara, o Senhor disse que eu não quero que o Senhor fale. O senhor fala aquilo que quiser,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

não sou eu que limito as suas palavras. Eu não o estou a limitar nas suas palavras. O conselho que lhe dei ou aquilo que eu lhe falei não tem nada a ver, o senhor perde mais tempo a falar do passado do que eu a falar deste momento.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Contra-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Contra-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	Contra-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Contra-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Contra-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Paulo Jorge Neves Correia----- Contra-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- António Correia Pardal Bispo----- Contra-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Participação de IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) relativamente aos rendimentos de 2016, a cobrar em 2017 – O**

PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente peço desculpa mas pede-me o Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Miguel Felgueiras que lhe dê oportunidade de fazer uma correção a este ponto porquanto se torna pertinente fazê-lo.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Miguel Felgueiras que disse: “No seguimento da intervenção do membro da Assembleia Municipal, Ricardo Brites, também a bom da verdade, penso que será mais correto, também no seguimento da explicação que nos foi dada pelas Finanças. O ponto como deve ter que ficar aqui correto será: Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Participação de IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) relativamente aos rendimentos de 2016, a cobrar em 2017. Aqui sim, porque há um desfasamento na entrega, como sabem, da declaração de IRS. Peço desculpa porque o erro foi meu mas efetivamente, assim ficará claro para toda a gente. Neste ponto sim, andaré um ano para a frente. É assim que está correto e foi assim que fomos informados pelo Serviço de Finanças.” -----

----- O PMAM colocou à votação a alteração da denominação do ponto, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Começando aqui nesta questão da taxa do IRS, acho que esta proposta representa, sem dúvida alguma o auge das políticas socialistas e do apoio social que querem dar aos munícipes do nosso Concelho. -----

----- Numa altura em que a maioria dos orçamentos familiares, como já aqui foi referido, da grande maioria das famílias já se encontra muito debilitado, a solução do Município é carregar ainda mais os orçamentos familiares para aumentar em quase 45% da receita do IRS. -----

----- Ora, já não chegavam os aumentos que houve relativamente à água, como ainda tinha que haver mais um. Mais uma vez percebemos que, como referi já há pouco noutra situação, tem que vir dinheiro para pagar certas atividades supérfluas desta Autarquia, como são promoções e festas televisivas dos últimos tempos. Claramente que isto vem diretamente dos nossos Munícipes. -----

----- Havia uma solução bastante viável que o Senhor Presidente da Câmara podia ter optado que, foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

apresentada até em reunião de Câmara, pelos Vereadores da Coligação, em que permitia um alívio da bolsa dos munícipes, face àquilo que é esta proposta ou seja, em que mantínhamos a receita do Município em relação a anos anterior mas, em vez de termos uma taxa de 5%, tínhamos uma taxa de 3,5%, coisa que não acontece. O que é que aqui acontece, é que, mais uma vez vamos seguir o caminho mais fácil de cobrar a taxa máxima que é possível. Sinceramente, escusam de vir novamente com a questão da desculpa da dívida, porque sabemos que isso é uma perfeita falsidade. Porque, mais uma vez estamos aqui a ver que a gestão financeira e do esforço financeiro que é feito é tudo à conta dos outros. Não é um esforço financeiro do Município. Aqui não há esforço do Município. Aqui há uma gestão financeira, à custa direta de outras pessoas nomeadamente os munícipes. Só espero que, assim como o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores têm uma habilidade enorme para promoção e show off em meios de comunicação social, espero que amanhã e, assim como já fizeram há cerca de meia hora na rede social do facebook em que já meteram que o Município não vai recorrer ao FAM, espero que amanhã, também venham dizer que, a sua participação variável no IRS de todos os munícipes do Concelho de Montemor-o-Velho está fixada na taxa máxima. Ora o Senhor Presidente há pouco disse que dava 10 a 0 ao Executivo anterior afinal, dá 5 a 0, não é só ao Executivo anterior, é a todos os munícipes. Dá-lhe esta prenda para o natal. Acho que agora que estamos a chegar ao fim do ano, temos aqui mais uma taxa para ser aplicada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara vai-me desculpar que eu diga isto mas, sinceramente e, na minha opinião, eu quero-lhe dizer que depois destes dois anos de mandato, a continuar com este tipo de políticas, o Senhor vai ficar conhecido como o Dr. Taxas e Taxinhas. Porque, do lado da receita, aquilo que nós vimos é taxas e mais taxinhas; do lado da despesa a única coisa que vimos é arranjar-se tachos no Gabinete da Presidência e, o resto é empurrar com a barriga para a frente. É isto que resume os últimos dois anos deste Executivo.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A CDU tinha apresentado uma proposta em reunião do Executivo. Analisando os números, que preveem uma receita do imposto em sede de IRS, a partir dos munícipes deste Concelho, de cerca de 300.000€. A nossa proposta incidia em que fosse aplicada uma taxa de 3%, libertando os outros 2%, cerca de 300.000€ para compensar, digamos assim, um pouco o bolso dos nossos munícipes e dos contribuintes deste Concelho. -----

----- Essa proposta não foi levada avante. Foi chumbada e, daí nós podermos aceitar que a taxa continue nos 5%. Aliás, é uma taxa que já vem dos anteriores Executivos da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, por isso, têm já uma origem anterior a este Executivo mas, que este Executivo mantém e teima em manter.-----

----- Sempre combatemos esta taxa e a diminuição desta taxa, para que os contribuintes já tão castigados pelos impostos e pela carga imposta pelos Governos quer do PS, quer do PSD/CDS, em termos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

de Troika estrangeira, temos também a Troika municipal e nacional que, de facto, carrega cada vez mais os municípios e todos os cidadãos deste Concelho e do País, daí não podermos aprovar e censurar de facto a manutenção da taxa de 5% em sede de IRS para os contribuintes deste Concelho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, o Movimento Independente de Cidadania, por Amor a esta Terra, já o chamou o coveiro das escolas quando retirou o transporte às crianças mas, senhor Presidente, como ouvi falar em troika camarária, se há troika olhe, também já escrevi um artigo no jornal contra a troika mas, nós somos montemorenses, somos cidadãos sérios e, temos nós que defender o nosso Concelho e, essa gestão que repito, mais uma vez, V. Ex.^ª, dentro da sua seriedade intelectual está devagar, devagarinho a tentar chegar e levar água ao moinho. Nisso eu, conheço-o pessoalmente e, não tenho dúvidas desta sua seriedade intelectual mas, compreenderá V. Ex.^ª que, na verdade, 5% do IRS é realmente uma elevada participação e, um custo avultoso para a maioria das famílias deste Concelho. Também é lógico que, não há mais ninguém a não sermos nós montemorenses, que temos que pagar as asnáticas ou os esforços financeiros que fizeram em nome de nós, por isso é que o voto legitima quem está à frente dos destinos do Executivo desta Câmara e, nisso repito, tem a sua seriedade intelectual. Mas V. Ex.^ª viu, como eu vi, no dia do aniversário do Concelho, que em frente dos Paços, uma banda, a tal dita Filarmónica com 123 anos, na verdade, aqueles elementos mal nutridos, com o casaco ao lado, o chapéu para o lado; aquele homem da bandeira vinha a tremer todo. Eu só pedi a Deus que eles acabassem de tocar o hino e, depois enfim, com alguma dignidade, lá se foram embora. E vou dizer sinceramente como Montemorense, meteu-me tanta pena. Que diabo! As nossas associações estão assim e, todos criticamos por isto: criticamos o passado, criticamos o presente. Temos que ter alguma dignidade por estas Associações, não acham? A dignidade é uma coisa muito importante e sabe porquê, Senhor Presidente? É que V. Ex.^ª serve-se destas Associações para os eventos, para as festas, elogia-as mas, estas associações não podem viver, só por palavras, têm que ter alguma verba para poderem viver com dignidade, terem instrumentos. Olhe, Senhor Presidente, contrariamente e V.Ex.^ª esteve lá, quando fomos à inauguração do Balcão Único em Arazede, aquela banda com pessoas bem nutridas, disciplinadas, realmente com um toque fantástico, parece que ali há boa gestão, aqui não há. Por isso, eu digo, seria preferível, em vez destes lamentos, que têm razão de ser, não tenho dúvidas, que se tirássemos uma verba deste IRS, estas Associações, estas Filarmónicas, eu gosto de dançar sabem, eu gosto de música, gosto de coisas lindas mas, para nós mantermos o nosso desejo, a nossa vivência, precisamos de confortar estas associações e ter alguma verba do IRS para suportar financeiramente e troca de instrumentos e dar dignidade a estas associações. Se V. Ex.^ª quiser tirar 1% ou 2% do IRS, o Movimento Independente de Cidadania vota favoravelmente, se não o fizer, eu vou-lhe dizer, voto contra.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Eu pedi a palavra porque de repente, fico com a sensação que não estava numa Assembleia Municipal, que estava possivelmente numa Assembleia da República e que estavam a falar do Pedro Passos Coelho, do nosso Governo. Falarei as vezes que forem necessárias, também tenho direito de falar aquilo que entender. Os direitos são para todos e são iguais, por isso é que vivemos em liberdade. -----

----- A única coisa que me vinha à cabeça é que devia estar no local errado e que a bancada devia estar ao contrário ou seja, que a bancada da Coligação Mais por Montemor estava a falar, não para este Executivo mas, para o Governo de Portugal, porque aí é que encaixava, não encaixava aqui. Tanto mais, que eu relembro que neste ponto não estamos a criar nada de nada que seja novo. Mais uma vez e, como vem acontecendo há vários anos a esta parte, mantém-se exatamente o mesmo valor, que não foi criado por este Executivo e, com a mesma responsabilidade que eu me lembro que eu própria falei, que não concordando face à situação financeira da Câmara, já naquela altura, e estou a falar do anterior Executivo, não votaríamos contra, também agora, com a mesma responsabilidade, nós somos obrigados a mantê-la, sem termos prazer nenhum em onerar os munícipes e a todos nós, incluindo os que estamos aqui com quaisquer impostos. Não estamos a criar mais nem impostos, nem taxas, nem taxinhas. Já estava, é necessário. Aliás, hoje já foi explicado muitas vezes pelo Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Resposta comum a todas as bancadas: Por mais vontade que eu tenha de reduzir esta taxa, em consequência da governação do Executivo anterior e, pelo facto de termos em curso um PAEL e um Reequilíbrio Financeiro que vai hipotecar as nossas decisões nos próximos 20 anos, eu não posso propor outra taxa que não esta. Lamentavelmente, alguém nos conduziu a este caminho e, por isso mesmo nada mais posso acrescentar sobre este ponto. -----

----- Em relação à intervenção do Senhor deputado Francisco Mano, é demasiado jovem para me tirar do sério, se era essa a sua intenção. Lamento que o ausente tenha deixado um herdeiro nas mesmas técnicas de afronta e desestabilização das pessoas.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Parece-nos que o Senhor Presidente continua com esta questão de que estamos obrigados a tudo e a mais alguma coisa. Eu penso que ainda não estamos obrigados, nem a nada, nem a coisa alguma ou seja, o que o Município neste momento tem é que assegurar receita e, neste momento se o Município diminuir as taxas, a receita não diminui e, não diminuindo a receita, não posso acreditar que alguém ou alguma instituição venha a chumbar o que quer que seja, relativamente ao apoio do Saneamento Financeiro do Município. Eu penso que o Senhor Presidente não pode continuar a atear numa coisa que o Senhor Presidente pode acreditar que é verdade e que está cientificamente provado, que nós continuamos a dizer que não é bem assim. Uma vez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

que o Município não põe em causa a receita, poderá, de certeza diminuir as taxas que não vão levar uma diminuição da receita para que o Município possa assumir as suas responsabilidades perante os credores e perante a banca.”-----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu estou aqui a dizer aquilo que penso e aquilo em que acredito e que não quero servir de recados para ninguém, porque o Senhor Presidente da Câmara já disse que, se tiver que dizer alguma coisa a alguém, diz na frente da pessoa portanto, escusa de me dar recados porque eu não levo recados para ninguém.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Só uma breve resposta ao deputado Ricardo Brites recomendando que leia o dispositivo legal que institui o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro. É perfeitamente explícito e vai perceber que não tem razão na afirmação que produziu. Aliás, a Comissão Permanente da AM, onde esteve também o deputado Ricardo Brites, foi convidada a esclarecer este assunto junto do consultor que nos dá apoio para o PAEL e o Reequilíbrio e, ele esclareceu perfeitamente a questão.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Contra-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Contra-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Contra-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	Contra-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Contra-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Susana Paula Malva Branco-----	Contra-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Contra-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Contra-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Contra-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Declaração de Voto do Movimento Independente de Cidadania – Por Amor a esta Terra:** -----

----- “O voto do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, foi contra. E, porquê? Porque como eu disse no início, V. Ex.^ª, Senhor Presidente, devia ter disponibilizado uma verba para as associações deste Concelho, porque só elas, tão só, é que fazem e promovem os eventos necessários à nossa terra e é por isso que o Movimento Independente de Cidadania votou contra.”-----

----- **Declaração de Voto da Coligação “Mais por Montemor”:** -----

----- “O sentido de voto da bancada da Coligação “Mais por Montemor” advém do facto de esta proposta representar um claro agravamento e severo ataque ao orçamento familiar dos munícipes. -----

----- Considerando que por Lei, o Município tem direito a uma participação variável até 5% no IRS a aplicar aos sujeitos passivos com domínio fiscal no Concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- Considerando ainda a informação dos serviços oficiais e do histórico dos últimos anos, verificamos que a taxa da receita de IRS se mantinha constante.-----

----- Assim, parece-nos totalmente desajustada esta nova taxa apresentada. -----

----- Isto representa um aumento de cerca de 45% da receita do IRS face a anos transatos.-----

----- No entanto, decidiram seguir o caminho mais fácil e aplicar a taxa máxima, sacrificando assim, os munícipes, em prol de uma política sem qualquer tipo de estratégia ou objetivos.-----

----- Numa altura em que o Município já não irá recorrer a fundos como o FAM, a dívida municipal não serve como desculpa para continuar a sobrecarregar os munícipes, como foi feito através do aumento da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

água. -----
 ----- Só nos resta esperar que este aumento da receita não seja utilizado para satisfazer alguns caprichos e para destinar algumas atividades supérfluas que em nada melhoram a qualidade de vida e bem-estar dos munícipes. -----

----- Assim, esta bancada votou contra.” -----

----- **Ponto 14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de (TMDP) para o ano de 2015.** -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Depois de tantas afrontas Senhor Presidente, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra congratula-se com a deliberação camarária de não cobrar estes direitos de passagens. Porque, na verdade, embora o valor seja diminuto mas, efetivamente se tivesse deliberado aprová-lo era mais um encargo para quem tem de pagar as faturas no fim do mês da água, da eletricidade e do telefone. Por isso, apesar de ser um valor diminuto, tem um valor que enriquece a sua gestão. Por isso, o Movimento de Cidadania congratula-se com uma situação de não cobrança desta taxa.” -----

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Antes de mais quero juntar a minha voz ao coro de todos aqueles e aquelas que desejam as mais rápidas melhoras ao Presidente desta Assembleia Municipal, Dr. Fernando Ramos. -----

----- Em relação a este ponto, a nossa posição é simples porque já no passado tivemos esta posição. Enquanto se mantiverem os pressupostos da atribuição e da penalização do munícipe na cobrança desta taxa, obviamente louvamos a atitude da Câmara Municipal de isentar os munícipes do pagamento dessa taxa e, daí a nossa razão que iremos votar favoravelmente a não atribuição da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Cartão Montemor Sénior.** -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Na verdade, como eu disse no início desta Assembleia, estes tipos de regulamentos carecem de tempo útil para serem analisados, o que não se verifica quando a documentação é entregue com apenas dois dias de antecedência. -----

----- Dado que a importância do documento e o pouco tempo de análise muito fastidioso e pergunto, em consciência, quem leu este Regulamento? Quem leu? Três ou quatro, se calhar, por aí. Isto não pode acontecer senhor Presidente. Isso realmente é violento estarmos aqui a discutir um regulamento que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

maioria dos deputados municipais não leram. Eu digo sinceramente, o Movimento Independente de Cidadania, por Amor a esta Terra, que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, devia exigir que V. Ex.^a colocasse à discussão, artigo por artigo, deste regulamento e sabe porque eu não o vou fazer? É para não maçar os senhores deputados municipais. Já estão cansados. Uns almoçaram mal; outros envergonhados lá almoçaram. Enfim, eu fui o que passei mais mal, até almocei muito mal. Gostei da comida, gosto dos bons pratos mas, nesta altura, dada a minha responsabilidade de vir para esta Assembleia, comedi-me e, eu não o vou fazer, não vou requerer para não maçar mais os deputados municipais.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu já aqui disse e, reconheço de facto que há algum atraso. É muito em cima da hora que se distribui alguma informação. Não sei se fosse distribuída mais cedo, se as pessoas veriam ou não, não sei. Se as pessoas tiverem vontade leem mas, eu também fazia uma recomendação à Câmara, na medida do possível, nas próximas oportunidades se for possível entregar a documentação um pouco mais cedo, era bom, porque de facto, é muito em cima da hora.”-----

----- Pediu a palavra o membro Edmea Silva (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente a este ponto, a bancada da Coligação Mais por Montemor (PPD-PSD/CDS-PP) entende que esta proposta de Regulamento do Cartão Montemor Sénior tem na sua essência a primazia de estimular a participação ativa da população idosa nas atividades culturais, desportivas e recreativas do Concelho, princípios estes, que esta Coligação concorda, pois num Concelho Rural como o nosso, onde a população idosa ainda mantém alguma resistência à participação nas atividades referidas, poderá este cartão ser um incentivo. Por isso, esta bancada vai votar favoravelmente.-----

----- No entanto e, porque em democracia o contributo de todos deve ser tido em conta e, para que possamos alcançar, como o próprio regulamento diz, a dignificação e melhoria das condições de vida da população sénior do nosso Concelho, a bancada da Coligação não pode deixar de referir que o documento apresentado e que irá estar disponível aos beneficiários, caso venha a ser aprovado, está no nosso entender, demasiado complexo, não só porque existem outros Regulamentos em que certos benefícios já se enquadravam mas, também, pela excessiva documentação exigida ao beneficiário, o que poderá inibi-lo de efetuar a sua candidatura pondo em causa o objetivo que o cartão Montemor Sénior visa alcançar.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, eu aproveito algumas das palavras que foram ditas anteriormente pela deputada da Coligação Mais por Montemor, porque me parece pertinente que, de facto, estes regulamentos sirvam para agilizar e desburocratizar o acesso a este tipo de serviço ou cartões, neste caso, para a população com idade superior a 65 anos no acesso a diferentes atividades e a participar em diversas iniciativas mas, penso também que, caso seja

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

aprovado e, penso que sim, que este projeto e este regulamento não fique fechado, que seja divulgado, que as pessoas adiram e aqui, peço de facto, que a Autarquia tenha um papel fundamental na promoção, na divulgação e nas facilidades em atribuir este cartão e que não seja um serviço que está disponível pelo Município, que esteja à espera que sejam as próprias pessoas, até porque a população alvo a que se destina implica sempre alguma reticência em aderir a este tipo de iniciativas e de serviços que o Município atribui aos seus cidadãos, neste caso aos mais idosos.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “é evidente que eu agradeço, digamos que a tentativa de contributo da Senhora deputada Edmea Silva mas, deve haver algum lapso. Há-de haver alguma dificuldade de entendimento porque, efetivamente, o Regulamento é completo e exaustivo porque ele também versa sobre várias matérias. Eu gostaria de relembrar que o artigo 4.º, os documentos que são exigidos, eu vou ler: *“Fotocópia de Documentos de Identificação do Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte; Declaração da Junta de Freguesia da área de residência que ateste o recenseamento, a residência há pelo menos um ano e a respetiva composição do agregado familiar; Declaração sob compromisso de honra acerca da veracidade das informações prestadas e de compromisso em aceitar e cumprir o estipulado no presente regulamento conforme anexo I.”* Isto é o que é exigido, muito pouco. Não sei porque é que poderá discordar de mim neste ponto. -----

----- Situação diferente e, se calhar uma leitura apressada deu a entender isso é, quando nós queremos que aqueles que beneficiam da situação especial de apoio social ou seja, os séniores que carecem de apoio social, têm que instruir o seu cartão para ter a vinheta especial daquele apoio, com um conjunto de documentos que serão utilizados por uma questão de poupança e de celeridade nos seus processos. O cartão sénior pressupõe que aqueles documentos estão já na Câmara e, portanto, quando eles se dirigem ao Balcão Único e, já foi a pensar no Balcão Único, não vão exigir aqueles documentos todos ao sénior. É tão só por isso, para facilitar a vida aos que têm a vinheta de apoio especial, portanto deve haver algum equívoco. -----

----- Era só essa pequena correção que eu lhe queria fazer.” -----

----- Pediu a palavra PJF da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal que disse: “Na realidade quando se refere à declaração passada pelas Juntas de Freguesias, eu vou propor na próxima Assembleia de Freguesia que sejam isentados os fregueses de Montemor e Gatões para esse efeito.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- VOTAÇÕES -----	
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de alteração do Loteamento -----	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho. -----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, neste ponto não temos qualquer oposição à essência do que se trata, de uma tentativa de uniformização do preço dos lotes por isso, acreditando que seja mais um incentivo da teimosa tentativa de povoar aquele espaço que tão difícil está. -----

----- Quer também aqui, já que estamos a falar de lotes do Parque de Negócios, se o Senhor Presidente tem alguma informação relativamente à proprietária dos antigos lotes dos quais tomou posse, a empresa RAGEN, na altura proprietária da situação ruínosa que desenvolveu o processo da AGNI? Se o Senhor Presidente tem alguma informação relativamente à falência desta empresa, a RAGEN e se tem alguma informação relativamente a quem é que, neste momento, é proprietário dos referidos lotes? Fala-se de uma outra entidade financeira, por isso pedia se o Senhor Presidente podia acrescentar alguma questão relativamente a este ponto.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Pelas mesmas razões do deputado da CDU, nós não vemos qualquer inconveniente nessa parte mas, mais que isso, era tentar combater o abandono a que os lotes estão botados, promovendo a sua ocupação. -----

----- Uma vez que a Câmara está muito preocupada com a imagem que o Parque de Negócios apresenta, deve resolver com urgência, os graves problemas de segurança que o mesmo apresenta, no que diz respeito a caixas de saneamento e telecomunicações abertas e, a obrigatoriedade de vedação por questões de segurança, dos empreendimentos construídos e abandonados. Era muito importante que se procedesse para evitar vandalismos e para não degradar mais o estado em que está degradado.” -----

----- Usou da palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Este ponto 16, já falei mais ou menos nele. É um ponto interessante que, se calhar já se exigia. Tudo o que seja para promover e para tentar captar as empresas para cá. Na minha opinião, muitas vezes podíamos chegar um bocadinho mais longe. Tudo o que seja para manter cá as empresas ou captar mais empresas para aqui deve ser de aprovar.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Meu caro deputado Ricardo Brites e Luís Madaleno, em primeiro lugar aqui não se trata de preços de lotes, isso já foi na reunião de Câmara. Aqui o que se trata é da correção de uma exigência urbanística que eu aqui já expliquei até, das palas e, portanto é um resquício da complexa regulamentação que aquele Parque de Negócios tinha e, que nos passou em claro, na anterior revisão que fizemos e, portanto, é efetivamente para aligeirar o processo de legalização urbanísticas das construções e edificações e faz uma definição muito mais correta e muito mais realista daquilo que é o polígono de implantação, permitindo alguns balanços, alguma flexibilidade de forma a poder flexibilizar a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

arquitetura e as soluções arquitetónicas dos edifícios lá edificadas. Não se trata nada aqui de preços, o que se trata é só isto. Como por exemplo, aqui a um mês ou dois podemos descobrir outro resquício, porque aquele regulamento era de tal maneira complexo que deveria ter sido reformulado e feito de novo mas, não é possível no tempo que quisemos fazê-lo e, portanto só a prática e, todos os regulamentos vão ser assim porque, efetivamente, têm que ser testados na prática. O problema é que isto já devia ter sido descoberto há mais tempo e, portanto não foi, infelizmente para nós. -----

----- Relativamente à RAGEN, nós não temos nenhuma informação oficial sobre a mesma. Eu posso dizer há cerca de uns meses, haviam uns interessados naquelas instalações que foram encaminhados para o administrador da insolvência. Eu pedi que fosse contactado o administrador da insolvência, não sei o resultado e o administrador de insolvência também não se negou a contactar as pessoas em causa e, portanto não tenho nenhuma informação oficial sobre aquilo que diz. A Câmara ou o Presidente da Câmara só se podem pronunciar sobre coisas oficiais e coisas que venham escritas ou que nós tenhamos a certeza absoluta. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25**

----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o reconhecimento de relevante interesse público municipal apresentado por Dina Bela Mendes de Oliveira Simões Ribeiro para o local de Catarruchos – Arazede – Processo n.º 169/2015 - referente às obras de ampliação das instalações da farmácia.** -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Apenas para dar conta da opinião da bancada. Naturalmente que nós lemos atentamente a informação que nos chegou. Verificámos que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, naturalmente conforme a proposta dos Serviços que é clara, não nos mereceu nenhum tipo de observação e, dizer que realmente é uma empresa privada no entanto, todo este alargamento é no sentido de servir as pessoas deste Município de diferentes freguesias e vem melhorar aquele serviço que é muito importante pela proximidade aos munícipes deste Concelho nomeadamente, daquela área de abrangência. Por outro lado, interessa aqui salientar a criação de emprego, não são muitos mas, são empregos e, isso para nós é algo fundamental nos dias de hoje. Nesse sentido, é apenas para dizer que a bancada irá votar favoravelmente.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o reconhecimento de relevante interesse público municipal apresentado por Maria Donzília Oliveira Matos Acúrcio para o local de Catarruchos – Arazede – Processo n.º 65/2015 - regularização da exploração pecuária.**-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente com a sua autorização, eu gostaria que a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial falasse sobre este ponto e, permita-me a ligeira correção, com o devido respeito. Este ponto não é rigorosamente igual ao ponto anterior. Parece mas não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

é. Aparentemente parece o mesmo instrumento legal mas não é. Eu percebo que, para um leigo assim parece e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para sensibilizar todos os deputados municipais e presentes para este instrumento que vai agora a senhora Chefe de Divisão explicar em detalhe até para que as pessoas possam passar a palavra, porque nós temos uma campanha na rua, precisamente para ajudar as pessoas e, convidá-las a vir aqui aos nossos serviços para legalizarem este tipo de instalações e, por isso, Senhor Presidente, a diferença de uma situação e de outra.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “Ainda relativamente à diferença, o ponto anterior é um reconhecimento de interesse público para efeitos de obter um parecer favorável à utilização do solo, para efeitos não agrícolas, já que aquilo é uma zona afeta à Reserva Agrícola e, portanto, é indispensável o reconhecimento do interesse público para que a Entidade Regional da Reserva Agrícola possa emitir parecer favorável àquela ocupação do solo e, o ponto que vamos falar a seguir é o reconhecimento do interesse público para efeitos de regularização de instalações pecuárias, de explorações pecuárias no caso. -----

----- Tal como disse o Senhor Presidente, isto é particularmente importante porque está em vigor legislação, é o Decreto-Lei 165/2014 e, é um regime extraordinário e é temporário também portanto, ele só está em vigor até 02 de janeiro de 2016 e, permite que explorações pecuárias, atividades industriais, explorações de pedreiras e ainda gestão de resíduos que possam ser legalizadas as atividades e as instalações mesmo contrariando aquilo que é disposto no instrumento de gestão territorial aplicável ou seja, é mesmo assim possível legalizar as atividades de instalações contrariando aquilo que é disposto no Plano Diretor Municipal em vigor e daí esta necessidade de reconhecimento do interesse público municipal para que, com este reconhecimento, o interessado portanto, o promotor, o proprietário deste tipo de atividades possa, perante a entidade licenciadora da atividade instruir o pedido de regularização da atividade. -----

----- Nós temos imensas explorações pecuárias no Concelho que não estão regularizadas, são muitas e, portanto, isto é uma oportunidade única de permitir aos interessados regularizar as suas explorações e, isto é importante porque muitos deles, concorreram a financiamentos e obtiveram financiamentos e, sem terem a atividade regularizada, eles não vão poder receber o financiamento, mesmo os que já receberam, chegando ao final do processo, se não apresentaram um alvará de utilização das instalações têm que devolver o dinheiro que já receberam portanto, o financiamento que já receberam. Isto é particularmente importante por estes motivos. Como forma de dinamizar a economia do Concelho, de regularizar todas estas explorações que estão irregulares, é a oportunidade de todos os interessados que possuem instalações da natureza das que referi anteriormente, poderem regularizar as suas atividades económicas.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Esta é uma boa oportunidade para todos quantos souberem que existem municípios que tenham situações para regularizar nomeadamente, na área da pecuária que é onde há mais problemas, que as regularizem.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Agradeço à Senhora Engenheira as explicações claras e bastante importantes num concelho que é bastante rural, essa é uma informação muito importante de facto e, bastante clara da forma como nos transmitiu. -----

----- Relativamente a esta questão, eu já tinha analisado a documentação e, naturalmente que se deve votar favoravelmente até porque, atendendo ao que está aqui tanto na produção, como em animais, como na faturação, como a questão dos postos de trabalho e, sobretudo, se fosse necessário deslocar aquela unidade/exploração pecuária implicaria encargos superiores a 200.000€, o que seria motivo para levar qualquer pequena indústria à falência e, portanto, neste sentido, nós iremos votar favoravelmente.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi falar a Senhora Engenheira e, com o devido respeito, ela não esclareceu esta Assembleia do essencial. Eu acho que numa atividade económica não podemos andar só a olhar para a produção, para isto ou para aquilo, ou para postos de trabalho. Temos que olhar efetivamente, para uma boa ocupação do território, quais os benefícios e malefícios dessas atividades económicas. Eu acho que, apesar da boa vontade e desta bancada que me antecedeu a falar vai votar favoravelmente mas, há coisas importantes para o futuro, não é só o presente que interessa, é o futuro e é a salvaguarda de tudo o que é mais importante no nosso território, que é a parte ambiental e a Senhora Engenheira, pelo muito respeito que é muito que tenho por V. Ex.^a, tenho que dizer que, não explicou quais os valores que permitem a definição do reconhecimento relevante do interesse público. É que o interesse público não é só económico. É porque temos que ter em atenção o seguinte: esta exploração está inserida numa área sensível no Concelho, em termos ambientais, são areias. Dada a grande permeabilidade do terreno, como tal este tipo de exploração carece de uma rigorosa análise ambiental dos efeitos provocados pela mesma no âmbito dos efluentes agropecuários. A Câmara Municipal deve promover uma rigorosa vistoria desta situação no sentido de se apurar se estão cumpridas as situações legais que permitam o normal funcionamento deste tipo de exploração sem que contendam com os problemas ambientais. Daí que, eu para votar isto conscientemente, todos nós para votarmos este ponto conscientemente, não é de coração, tem de ser do ponto de vista legal, sem ter com base em rigorosos, não prejudicando quem trabalha, não prejudicando as atividades económicas mas, salvaguardando o futuro de amanhã do nosso território. É que qualquer dia isto é uma treta, o bem público. O que é isso do bem público relevante? V. Ex.^{as} sabem? Eu estudei Direito, licenci-me em Direito, eu sei o que é uma relevância de interesse público. Agora, parece que se banaliza isto de interesse público.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

É que tem que se ter outros interesses, há os interesses autárquicos, os interesses camarários mas, o interesse público é muito relevante, tendo em atenção hoje, o problema sanitário, o problema das águas, como o Senhor Presidente anda preocupado com as águas, a fazer furos. Mas, os furos têm que se fazer em sítios em que não haja este tipo de efluentes, senão começamos a provocar doenças atrás de doenças aos munícipes. Eu digo sinceramente, acho que este ponto devia ser retirado desta agenda, deviam efetivamente, os responsáveis autárquicos e, peço que me perdoe V. Ex.^ª, Senhora Engenheira, que devia ser fundamentado o interessa da relevância pública para ser atribuído e ser aprovado este pedido e, depois de feita uma rigorosa vistoria porque os terrenos não são fáceis, são de areia e, depois, sabe esta rigorosa vistoria, pese embora o tempo, mas ainda estamos a tempo em dezembro, devia ser retirado este ponto e ser trazido à Assembleia para ser votado depois destes elementos estarem discutidos. Doutro modo, eu votarei contra.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Dr. Oliveira e Sousa, se tivéssemos a jogar à batalha naval, todos os tiros foram na água e, permita-me este tom descontraído e o meu bom deputado saberá perceber que é de boa disposição com que nós temos de encarar isto. Efetivamente, porque é jurista, devia ter-se acautelado mais na sua intervenção e eu, vou explicar-lhe porquê e, depois vou pedir à Chefe de Divisão para lhe explicar tecnicamente. -----

----- Como jurista, devia ter lido o instrumento legal e só lhe tenho a dizer o seguinte: eu vou-lhe dizer numa frase aquilo que ela vai dizer em muitas. Isto é o início de um procedimento que é obrigatório passar por este ponto prévio que é a aprovação na Assembleia e, a Chefe de Divisão vai explicar o que é que vai acontecer a seguir. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “V. Ex.^ª é capaz de ter razão. Mas também lhe vou dizer que aquilo que eu disse no início desta Assembleia, é que é tanto regulamento, é tanto papel que, realmente, quando nos apercebemos desta situação, falharemos politicamente porque não tivemos tempo para ler o conteúdo necessário, com uma resposta cabal e assente em interesses municipais por isso tão só, e aí eu dou a mão à palmatória mas, V. Ex.^ª é o culpado desta situação, sabe porquê? É porque os seus Serviços não têm diligência suficiente para preparar a documentação necessária para que todos os deputados municipais responsáveis possam cabalmente responder, sem esses hiatos. Por isso, o submarino n.º 1 foi ao fundo, mas o submarino n.º 4 ainda está em cima da água.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: rapidamente quero aqui defender os Serviços da Assembleia porque efetivamente fazem um esforço enorme para que a documentação vá a tempo. Como eu já disse, não tem sido possível porque é tudo em cima da hora. Foi sempre assim, se calhar há-de ser sempre assim mas, com certeza que é possível melhorar alguma coisa mas, por favor não atribuam culpas aos serviços

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

ligados a esta área.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Até aqui têm-se dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia e eu, por acaso quero pedir desculpa à Elisa. A Elisa não tem rigorosamente culpa nenhuma disto. Os serviços camarários, neste caso concreto, o serviço de apoio à Assembleia Municipal não tem culpa nenhuma. Agora, quero sensibilizar o Senhor deputado Oliveira e Sousa para dois pontos que me parecem fundamentais.-----

----- Em primeiro lugar nós temos que acabar as candidaturas todas que temos em curso, até 30 de setembro e, isto tem gerado uma revolução aqui dentro neste último mês e, os serviços estão absolutamente absorvidos por este momento. Para além disso, a fundamentação que eu há bocado disse que foi enviada para o Tribunal de Contas, teve de ser levada em 3 caixas de documentação. É verdadeiramente estonteante, as exigências que fazem aos serviços que preparam estes documentos e, por isso mesmo, vamos ter alguma compreensão por eles. -----

----- Eu não quero que vote sem estar informado e digo aqui para todos. Quando tiverem dúvidas, os serviços estão aqui para vos explicarem tudo com clareza, peçam. Se não têm tempo em casa, peçam aqui que os serviços vos esclareçam de tudo ao detalhe, não preciso de ser eu. Normalmente sou eu que estou por dentro de tudo mas, essas questões técnicas, eu tenho todo o gosto em colocar os chefes de divisão, os serviços técnicos à vossa inteira disposição para vos esclarecer. Até inclusivamente, as duas chefes de divisão que estão aqui e o Dr. Miguel Felgueiras, terão todo o gosto em receber um telefonema seu para qualquer esclarecimento, a qualquer hora. Qualquer esclarecimento que queiram pedir, pedem diretamente, sem sequer passar por mim, não tenho problema nenhum nisso. Tenho todo o gosto em que os senhores deputados e os senhores vereadores estejam devidamente informados de tudo. -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “Efetivamente esta deliberação, esta certidão de reconhecimento de interesse público, é apenas o pontapé de saída para o processo que se desenvolve a seguir. É imprescindível para que o interessado vá perante a entidade licenciadora solicitar a regularização da atividade e, a seguir vão ter sequência uma série de procedimentos que, de facto, vão ter em conta tudo o que o Senhor deputado acabou de falar. Vai ser promovida uma conferência decisória onde a entidade licenciadora vai convocar uma série de entidades, a Câmara Municipal também como é óbvio, o Ambiente e, outras entidades que tenham relevância em termos das características do território. Portanto, todas essas entidades serão convidadas a participar nessa reunião que se chama a conferência decisória e é em sede dessa conferência decisória que vão ser analisadas todas estas questões que o Senhor falou. Portanto, tudo será ponderado, as questões ambientais, as questões de ordenamento de território, tudo isso que o Senhor deputado falou será

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25**

devidamente ponderado oportunamente e, portanto haverá decisão favorável ou não, dependendo do parecer que as entidades vierem a dar sobre essas matérias.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Ponto 19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Alteração ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Montemor-o-Velho – Versão Final.-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É só para dizer que o nosso sentido de voto, vai no sentido, digamos assim, aquilo que tem sido a nossa posição sobre esta matéria.-----

----- Portanto, o que eu queria dizer é que realmente verificamos por este ponto que, penso que o Senhor Presidente, se não me engano, há bocado referiu isso mesmo, os regulamentos são documentos que se vão construindo, isto é mesmo assim em todas as organizações é assim que acontece. Vão-se construindo, vão-se alterando, vão-se melhorando, supostamente. Naturalmente que nós concordamos, não há nada a fazer, têm que ser melhorados, pois assim o seja. No entanto, nós gostaríamos de saber e, atendendo à densidade do documento, afinal que alteração foi esta?” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha questão também era nesse sentido. Por suposição, penso que as alterações serão o que está rasurado. É que o documento como nos foi entregue, é de difícil análise, porque vamos ter que analisar folha a folha. Eu vejo que há um documento que está sublinhado, não sei se foi isso que foi alterado, penso que sim mas, é tudo com base na suposição. Gostaríamos que estes documentos e, neste caso um documento com 64 páginas, em que há uma proposta de alteração e uma proposta final que, de facto viessem todas as explicações para se perceber melhor o que é que foi alterado e revisto.”-----

----- Pediu a palavra a membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Este é um dos tais regulamentos, o tal documento, que tem um volume enorme, não é por ser o último documento que está aqui sujeito a análise da Assembleia Municipal. É realmente um documento com muitos artigos e que a maioria dos deputados vão votar isto sem o ter lido. Não sabem porquanto as exigibilidades, que este regulamento tem, muito embora a bancada da Coligação Mais por Montemor, disse que realmente, os regulamentos se vão apurando mas, tenho a impressão que este refinando, não se vai apurando. É mais refinado do que aquilo que os deputados vão votar e alguns aprovam e enfim, não sabem porque estão, por algumas ciladas, aqui metidos. De maneira que, este é outro documento que devia ser colocado aqui, uma vez que não houve tempo para ler convenientemente este regulamento, devia ser aqui discutido artigo a artigo. Era isso que V. Ex.^ª e todos os deputados municipais deviam estar aqui até amanhã de manhã a discutir este regulamento. Não é de forma leve que se vai votar um regulamento destes e aprovar, sem saber as consequências

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

penais, taxas e incumprimentos disto que as pessoas vão votar favoravelmente. Deviam saber as questões reais deste documento e, ele não está aqui explicado nem foi explicado. Não sei que espécie de explicação a Senhora vai dar mas, o que é certo é que este era outro documento que devia ser retirado e daria perfeitamente para uma Assembleia extraordinária. É isso que o Movimento Independente de Cidadania tem para dizer e, aquilo que eu vou fazer é abster-me da aprovação do mesmo.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Toda a refinação ou afinação do documento é em prol e benefício dos nossos munícipes, não há nenhum agravamento. São todas em prol e em beneficiação dos nossos munícipes e são correções que, com a prática, se verificaram que havia injustiça e, por isso mesmo, de imediato e, quanto mais rápido aprovarmos este regulamento, menos injustiça cometemos junto dos nossos munícipes.”-----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais, Isabel Quinteiro que disse: “Realmente as alterações que este regulamento tem, como o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir, são muito poucas e, muito parcas.-----

----- Vou começar por elencá-las e, depois se houver mais alguma dúvida, estarei disponível para a esclarecer.-----

----- A primeira alteração diz respeito ao artigo 16.º, n.º 9, em que estava previsto a Câmara assumir as extensões de rede nas zonas urbanas pagas em determinadas situações e, nas zonas não urbanas não eram pagas e eram assumidas pelo requerente. A partir da entrada em vigor deste Regulamento, se ele entrar em vigor, todas essas extensões de rede vão ser pagas, isto para não criar diferenças de comportamento perante os munícipes.-----

----- Em contrapartida, no artigo 76.º, n.º 4, alínea a) também vai haver uma alteração ou seja, havia igualmente discricionariedade na assunção da despesa da construção dos ramais domiciliários, quer de água, quer de esgoto nas zonas urbanas e não urbanas a partir da aprovação deste regulamento e da entrada em vigor, isso não acontecerá portanto, todos os ramais serão encargo, tanto na construção, como na renovação, como na reparação serão encargo do Município. Isto porquê? Porque com a entrada do regulamento em vigor, aquilo que os Serviços verificaram é que havia muitas vezes, comportamento da Câmara diferente relativamente a pessoas que até viviam na mesma rua, isto porque o nosso PDM na mesma rua de um lado é urbano e do outro lado é não urbano, é urbanizável ou agrosilvícola. Isso vai acontecer no novo PDM e, portanto, para não haver diferenças de tratamento, aquilo que se entendeu, a pedido do Executivo Municipal era que realmente se, por um lado as extensões de rede não eram comparticipadas, todos os ramais seriam tratados da mesma forma e, portanto, a partir de agora, se o documento vier a ser aprovado, é isso que vai acontecer.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- Outra alteração, isto foi uma sugestão da ERSAR que entendeu que o n.º 8, do artigo 79.º do regulamento antigo, devia fazer parte do artigo 80.º, portanto também não é nada de especial. É só um ajustamento em termos de artigos.-----

----- No artigo 83.º, aquilo que os Serviços fizeram foi clarificar/arranjar o texto do artigo porque, tem a ver com os tarifários especiais e estava um bocadinho “desarrumado”, aquilo que os Serviços fizeram foi arrumar melhor o texto da totalidade desse artigo.-----

----- No artigo 84.º, há uma alteração de redação para permitir também que o cancelamento do serviço, quer de água, quer de saneamento possa fazer-se, quer o pagamento do restabelecimento, quer o pagamento do cancelamento do contrato, quer da dívida possa fazer-se por prestações, porque só falava do pagamento da dívida e não pagava no pagamento do restabelecimento e cancelamento e, estamos a falar em situações, quando partem do incumprimento do utilizador, que podem ascender aos 120€ e, portanto, quem não tem dinheiro para pagar água, também não terá dinheiro para pagar de uma só vez esse montante.-----

----- O documento que aqui está, não tem mais alterações a não ser estas que acabei de referir.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao Senhor Hélder Adrião, residente em Pereira, que disse: “Antes de entrar propriamente nesse ponto, eu queria chamar a atenção aos deputados municipais, aos membros desta Assembleia que na última sessão de 26 de junho foram presenteados pelo Senhor Presidente da Câmara, com a leitura de uma notícia de um jornal e, essa leitura foi feita aqui por uma jurista que, por acaso é Presidente da Câmara. Alertado para tal, no meu entender, por um “dog” que por aí a dar a dar foi bajular o dono, não se coibiu de ler a notícia que tem quase 4 anos e publicitada pelo Jornal Campeão das Províncias há dois. Tudo normal, se de um qualquer iletrado se tratasse, de um qualquer “dog bufo” mas não, foi lida por um jurista.-----

----- Pode o normal cidadão não saber a tramitação processual, como é a constituição de arguido, etc. mas, um jurista sabe e, se o sabe, sabe também que qualquer pessoa ao prestar declarações em inquérito que corra contra si, é obrigatoriamente constituído arguido. A maneira que como jurista, que supostamente expôs a notícia fez-me rezar, pelos seus ex-constituintes. Assim se prova o que diz contra a fraca atividade, à falta de clientes e, conseqüentemente e, por osmose, a sua gestão autárquica. Não teve pejo em invocar a minha condição de sindicalista e, se acha que me rebaixou, está redondamente enganado. Tenho orgulho de o ser. Já defendi muitos, inclusive funcionários de Autarquias com resultados,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

senhor Presidente, brilhantes. Aliás, em sede sindicalista, foi companheiro de um distinto cidadão deste Concelho que poderia, se fosse vivo, abonar estas minhas qualidades, o António Augusto Fernandes Cantante a quem presto homenagem como cidadão, como autarca, como sindicalista. Será que pode dizer o mesmo que um causídico? Afirmando constantemente, sou um jurídico, não o faz mais inteligente ou dono da razão. -----

----- Posso afirmar-lhe em relação à minha pessoa e, não quero puxar de galões, que em termos académicos, o Senhor Presidente está a anos de luz. -----

----- Posso também referir-lhe que Vice-Presidente da União das Finanças Europeias que alberga nos seus sindicatos 500.000 trabalhadores e fui eleito com 97% dos votos. Não fui 2.^a, nem 3.^a escolha. Fui 1.^a escolha. Portanto, pode continuar a chamar-me sindicalista, porque me sinto de tal orgulhoso, outros há nomeadamente advogados que não poderão dizer o mesmo, em relação às funções exercidas. Aliás, uma notícia de há quatro anos com as acusações gratuitas efetuadas em “conluio” com o seu camarada e que a ser verdade e, o Senhor penso eu, que sabe que assim é, é motivo mais que suficiente para estar a fazer companhia ao seu amigo 44.” -----

----- Usou da palavra o PMAM, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, advertindo o munícipe Hélder Adrião que se estava a desviar do assunto para o qual se inscreveu. Informou ainda que o seu discurso se estava a tornar injurioso e ofensivo. -----

----- Retomou a palavra o munícipe Hélder Adrião que disse: “Não sei porque é que na altura também, quando fui insultado desta maneira, também não lhe cortaram a palavra. Eu compreendo a vossa democracia. -----

----- Em relação à água, eu falei aqui em roubo, não foi esbulho. Esbulho é uma coisa, roubo é outra e, o roubo continua a existir. Eu ser desembolsado de uma importância que não está correta, até em meu benefício, vai-me prejudicar na liquidação posterior. Isto é um roubo ou peculato, chame-lhe o que quiser. Portanto, em relação à água, continua tudo na mesma. -----

----- Gostaria também de saber relativamente à questão da expropriação que eu levantei lá no loteamento, em relação à passagem, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira tem conhecimento disso. Expropriar uma pequena faixa de terreno para unir a estrada em direção à escola. -----

----- A outra questão é “lixiana”. A urbanização continua por limpar; são ervas a crescer nos passeios; são os lotes que são pertença da Câmara dados em contrapartida no loteamento que é um autêntico matagal, tudo isso. -----

----- A gestão aqui, como têm dito, tem sido de tal maneira louca e responsável que, quem paga continua a ser o contribuinte e, estamos a sofrer na pele essa louca e responsável aventura. Eu não sei a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

qual louca e responsabilidade vocês se referem aqui nesta Assembleia Municipal, principalmente por parte do Senhor Presidente que está sempre a falar nela, se foi a gestão autárquica anterior ou se foi o Governo anterior que nos levou a estes problemas agora de gestão autárquica.-----

----- Também não entendo como munícipe, como é possível justificar a manutenção de taxas, como aqui foi feito, em relação ao IMI manteve-as; em relação à derrama é porque já foi do Executivo anterior. Meu Deus, mas tudo o que foi feito no anterior Executivo foi tão mau!-----

----- Usou da palavra o PMAM, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, retirando a palavra ao munícipe Helder Adrião.-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Para esclarecer o Senhor munícipe. Quando eu li a notícia foi para, precisamente, identificar isto que ele fez ou seja, ele não veio denunciar nenhum problema concreto, ele veio fazer política e, aquilo que me interessou da notícia e, como eu disse na altura e explicitiei é de que era Sindicalista dos Trabalhadores Sociais-democratas e que vinha em missão. Por isso mesmo, não percebo porque é que me ataca a minha idoneidade profissional quando eu, o que fiz foi ler uma notícia, tão só. Uma notícia que foi divulgada em público.-----

----- Como não há nenhuma pergunta concreta e como aquilo que perguntou também denota desconhecimento porque com os Acordos de Execução, o Senhor Presidente de Junta e, sei que está a fazer um excelente trabalho e um trabalho melhor que aquele que tinha sido feito no passado e, os terrenos que são da Câmara estão limpos, não posso concordar. Aliás, percebe-se nitidamente que este Senhor está em missão política.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Foi, de facto uma intervenção lamentável. Eu penitencio-me pelo facto de o ter deixado explanar mais do que aquilo que devia ser explanado .” -----

----- Seguidamente o PMAM deu a palavra ao munícipe José Monteiro, residente na Carapinheira que disse: “Aproveito para desejar as rápidas melhoras ao Senhor Doutor Fernando Ramos.-----

----- Não posso deixar de congratular o Executivo Municipal pelo desempenho evidenciado que se traduz numa melhor situação financeira.-----

----- No entanto, não posso deixar de focar alguns assuntos onde é preciso fazer algumas intervenções, no sentido de melhorar as condições de utilização de algumas infraestruturas. Vou dar alguns exemplos: estrada que atravessa o campo entre Formoselha e Carapinheira, por onde transitam diariamente um intenso tráfego, sem condições de segurança, até porque o piso da referida estrada com o início da época das chuvas, vai continuar a degradar-se. Enquanto não se encontrar outra solução, sugiro que seja colocado um sinal no início da referida estrada no sentido Formoselha - Carapinheira. Este sinal deve proibir a passagem de veículos de peso bruto superior a 12 toneladas, assim como existe em Lavariz, no sentido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25

Carapinheira – Formoselha. Esta medida pretende evitar que as pontes na Lavariz possam entrar em colapso devido à passagem de veículos de elevada tonelagem entre 30 a 40 toneladas que começaram a poder passar, depois do alargamento feito em duas pontes pela Câmara Municipal. -----

----- Para quando a construção da estrada entre a Ponte de Formoselha e a Ponte das Lavadeiras? -----

----- O Jardim de Nossa Senhora das Dores na Carapinheira – Por falta de rega secou no verão. O Senhor Presidente da junta de Freguesia da Carapinheira nada pôde fazer, apenas obedecer a ordens superiores. De futuro, sugiro que seja encontrada uma solução para não se voltar a repetir. -----

----- A estrada entre Valcanosa e Amieiro na Freguesia de Arazede, há muitos anos está abandonada. Seria uma importante ligação entre as populações das Meãs e Carapinheira. -----

----- Quero por à consideração do Senhor Presidente da Câmara e aos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, a possibilidade de nos próximos orçamentos e planos, do público poder participar com sugestões e propostas e colaborar desta forma com os Municípios. -----

----- Pretendo que a minha intervenção seja apenas um apontamento de breves notas que possam dar um singelo contributo no sentido de ajudar a encontrar soluções. Sem ter brasa, nem sardinha, tenho também ambições. Ambições que todos se sintam melhor.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Agradeço as sugestões e recomendações do Sr. José Monteiro. Sobre a estrada do Campo, já referenciei, o que tinha a referenciar sobre esta questão nomeadamente e, em particular, a questão da titularidade. -----

----- Quanto à questão que colocou, coloco aos Serviços a recomendação de avaliarem esta recomendação, se for possível, nada me repugna porque é em benefício e proteção da estrada. -----

----- Quanto à questão da falta de rega do Jardim da Carapinheira, dar-lhe nota que já está adjudicado o furo. Estamos a aguardar que o empreiteiro, entretanto, entregue a documentação necessária para se realizar o furo. Como deve compreender, pagar 30.000€ à INOVA, não nos permite estar a fazer rega dos jardins e já aqui também, referenciei que a rega de Montemor é feita por recolha diretamente do Rio ou por cisterna. Essa situação, não é possível levar a cisterna lá à Carapinheira e, nessa perspetiva não podemos resolver o problema, sendo certo que, quando pudermos fazer rega naquele jardim ele vai recuperar facilmente. -----

----- Quanto às restantes estradas que referenciou, dar-lhe nota que nós temos a niveladora apreendida e que, só agora tem matrícula, depois de um processo de legalização muito complexo mas ainda não pode andar porque, temos que nos desobrigar da apreensão policial/judicial e, nessa perspetiva, logo que tenhamos niveladora podemos prestar o serviço que entendermos necessário nestes e noutros caminhos, em colaboração, como temos feito sempre, com os Senhores Presidentes de Junta.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, setembro, 25***

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de terminar queria dizer que irei transmitir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as felicitações que lhe foram endereçadas de uma maneira geral e, eu próprio também faço votos que ele recupere o mais rapidamente possível e, que marquem já na vossa agenda o dia 18 de dezembro para a próxima sessão ordinária.” -----

----- O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 16h40, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Carlos Lucas Correia

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Olga Susana Miranda da Silva

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Fernando Pereira Nunes Curto